

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**CRISTIANE OLEGÁRIO BARBOSA**

**FAMÍLIA E COOPERATIVISMO:  
O *ETHOS* COOPERATIVISTA NA REGIÃO DE FRANCA/SP**

**FRANCA  
2015**

**CRISTIANE OLEGÁRIO BARBOSA**

**FAMÍLIA E COOPERATIVISMO:  
O *ETHOS* COOPERATIVISTA NA REGIÃO DE FRANCA/SP**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.**

**Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares**

**FRANCA  
2015**

Barbosa, Cristiane Olegário.

Família e cooperativismo : o *ethos* cooperativistas na região de Franca/SP / Cristiane Olegário Barbosa. – Franca : [s.n.], 2015.

116f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Ana Cristina Nassif Soares.

1. Serviço social com a família. 2. Cooperativismo. 3. Cooperativas de trabalho. I. Título.

CDD – 362.82

**CRISTIANE OLEGÁRIO BARBOSA**

**FAMÍLIA E COOPERATIVISMO:  
O *ETHOS* COOPERATIVISTA NA REGIÃO DE FRANCA/SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares**

1º Examinador: \_\_\_\_\_

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

*Dedico este trabalho a todos os meus mestres, às pessoas que passam pela minha vida, me inspiram e semeiam a fé, a esperança na vida e a utopia de trabalhar hoje por um mundo mais humano, quando vier.*

## AGRADECIMENTOS

O meu caminho é construído sob a influência constante de mestres e inspirações. Neste trabalho devoto a minha gratidão à alguns mestres e pessoas queridas que cooperaram para a realização desse projeto.

Minha gratidão a Deus, a quem pela minha fé, tenho como companheiro de caminhada. Creio em Deus pela sua capacidade de ser humano compreendendo assim as fraquezas dessa condição.

*Sobre a importância do Guru(Mestre):*

*“O conhecimento tem que vir do professor para o aluno. Todos deveriam aceitar um professor e lembrar que na verdade não importa se este é muito ou pouco conhecido, mas é a fé do discípulo no Guru que é importante. O conhecimento, isto é, o conhecimento espiritual, é herdado ou passado adiante do preceptor espiritual para o estudante. Quando um estudante aceita um professor, ele também está aceitando implicitamente o Mestre de seu professor uma vez que está estará herdando a riqueza espiritual de ambos”.*

A minha orientadora e “grande mestre” Ana Cristina por quem nutro uma imensa admiração e respeito. Humana acima de tudo como os verdadeiros mestres, ouvido sempre amigo, respeitosa, orientadora profissional e pessoal. Firme na hora de apontar as responsabilidades, carinhosa e compreensiva nos momentos de adversidades. Uma profissional inspiradora comprometida com os posicionamentos que defende, respeitando o outro sempre com o seu jeito plural de ser. Minha guru, quero tê-la sempre por perto me orientando ou desorientando, pois a convivência com você e sua alegria de viver são aprendizados de vida para mim.

Os anos em que pude conviver com o Prof. Mário me mostraram que os “grandes mestres” e sábios são humanos, no mais profundo significado desse adjetivo. Eles são os verdadeiros praticantes da tolerância, generosidade e compreensão, pois entendem que o ser humano independente do caminho que segue, só encontrará o que procura quando voltar o seu olhar para sua humanidade e ao reconhecer-se, tornar-se-á referência para tantos outros caminhantes. A minha gratidão a esse grande mestre será eterna pelo respeito, simplicidade, horizontalidade pistas da trajetória a ser seguida, e que, aos tropeços, tenho como retas intenções de vida.

O exemplo desses dois grandes mestres, Ana e Mário, me fizeram acreditar que é possível construir uma carreira profissional ou acadêmica realmente contribuindo para com

os sujeitos dos nosso trabalho, sem deslumbramento, alardes ou vaidades focando na formação de profissionais humanos e que respeitam a pluralidade.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca e seus docentes, em especial, agradeço a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Helen Barbosa Raiz Engler pela leitura atenta ao projeto no início dessa trajetória, pela substancial contribuição durante a disciplina que com toda a certeza subsidiou o desenvolvimento deste trabalho. À todos os meus colegas de turma do curso de mestrado e doutorado que defenderam suas pesquisas e realizaram mais essa conquista em suas vidas.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias (GEPEFA), minha escola, espaço de crescimento e aprendizado. Obrigada pela significativa contribuição para minha carreira profissional através dos estudos, pesquisas, trabalhos, encontros, experiências e principalmente, a convivência com profissionais que admiro tanto.

Minha gratidão à minha família pelo afeto, apoio e incentivo.

Aos meus queridos colegas de trabalho e amigos, Laura, Luciene, Marcelo, Meriellen, Murilo e Thayane que cooperaram comigo em todos os momentos, cobriram minhas ausências, ouviram meus desabafos, responsáveis pelo meu olhar romântico de cooperação, quando nunca se furtaram em me dar a mão e trabalharmos como uma irmandade. A minha querida Tassiane, parceira de viagens, trabalho, sonhos, angústias e fé no cooperativismo. Minha gratidão e meu carinho sempre. A todas as pessoas da cooperativa responsáveis por fazer possível a minha participação nas aulas, eventos, reuniões do grupo de pesquisa, meu muito obrigado aos diretores, gestores, coordenadores e em especial, a gestora Morgana, por acreditar na seriedade este trabalho.

Agradeço aos sujeitos desse trabalho que construíram e alinhavaram conosco essa dissertação, cooperando para apresentação dessa vivência social pouco explorada na nossa área de estudo. Obrigada, a instituição universo dessa pesquisa, a Cocapec, pois partindo dessa realidade podemos explorar e apresentar o cooperativismo.

*[...] eles não têm noção de como me são necessários, de como são indispensáveis ao meu equilíbrio vital, porque eles fazem parte do mundo que eu, tremulamente, construí e se tornaram alicerces do meu encanto pela vida.” (Vinícius de Moraes)*

Minha eterna gratidão aos amigos que contribuíram diretamente para a conclusão desse trabalho: Adílson Júnior, Danielle Mercury, Nathália Brant, Sarah Andrade e Pâmela

Alves por emprestarem seus vastos conhecimentos e olhares atentos na leitura e correções das páginas a seguir. Obrigada pela forma atenciosa e carinhosa com que contribuíram comigo na elaboração deste trabalho.

Meu muito obrigada a todo o apoio de uma torcida quase que organizada, me incentivando a efetivar mais essa conquista na minha vida.

Minha “Mundiça querida” que mesmo longe, sempre estão por perto: Dominique, Kátia, Leide, Márcia, Marlene, Peixinho, Thiago, e em especial a Kassia que dividiu comigo as angústias e desesperos, vivendo a mesma situação.

Obrigada Ana Paula, Daianne, Gabi, Mayra, Suellen e a todos os amigos e amigas que de perto ou de longe, do cotidiano ou das datas comemorativas que torcem por mim de coração. Nesse time, agradeço a minha guru Edvanilce por me ajudar a travessar esse caminho enfrentando todos os obstáculos que a ele se impuseram.

Aprendi que para trilhar o nosso caminho que muitas vezes caminhamos sozinhos, precisamos da cooperação de muita gente que nos faz acreditar, quando vacilamos diante das adversidades. Minha gratidão a todos que acreditam.

*“O caminho que eu escolhi é o amor.  
Não importam as dores, as angústias, nem as decepções que vou ter que encarar.  
Escolhi ser verdadeira. No meu caminho, o abraço é apertado, o aperto de mão é sincero. Por isso, não estranhe a minha maneira de sorrir e de te desejar tanto bem.  
Eu sou aquela pessoa que acredita no bem, que vive no bem e que anseia o bem. É assim que eu enxergo a vida e é assim que eu acredito que vale a pena viver.”  
(Clarice Lispector)*

BARBOSA, Cristiane Olegário. **Família e cooperativismo: o *ethos* cooperativistas na região de Franca/SP.** 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta a pesquisa desenvolvida que buscou conhecer o impacto do cooperativismo no cotidiano das famílias membros de uma cooperativa na região de Franca, com a intencionalidade de identificar a força do cooperativismo como uma forma de desenvolvimento econômico e social e saber se os sujeitos membros da cooperativa têm ciência e entendimento sobre a proposta cooperativista. A primeira parte do texto aborda o histórico do Cooperativismo na região de Franca/SP através da história da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas, universo da pesquisa e o seu produto, o café, fruto do trabalho dos mais de dois mil cooperados da instituição. O trabalho traz uma discussão sobre as famílias e o trabalho na sociabilidade capitalista, apresentando o núcleo familiar com elemento fundante desta sociedade e partícipe importante das relações de produção no cotidiano social. A historicidade cooperativista foi descrita desde o início em Rochdale, na Inglaterra até sua estrutura moderna atual, como os empreendimentos cooperativos, seus ramos de atuação e sua representação no mundo. E de forma especial, os princípios cooperativistas divulgados pelo modo desenvolvimento econômico e social. A segunda parte do trabalho se propôs a dissertar sobre a cultura dita cooperativista e a forma de vivenciar tais princípios e a prática econômica coletiva. A dissertação propõe também uma leitura evidenciando as contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento de valores como cidadania, cooperação e educação para as famílias e sociedade. Por fim, aponta as dimensões do trabalho profissional do Assistente Social, a materialização do referencial teórico no exercício profissional e a árdua tarefa de construir a identidade profissional buscando superar as adversidades no trabalho com as famílias e a cooperativa. Os temas abordados no texto são elementos fundantes do mundo do trabalho: a família como produtora e reprodutora da vida e do trabalho e o cooperativismo como modo de trabalho coletivo.

**Palavras-chave:** família. cooperativismo. cultura cooperativista. trabalho do Assistente Social.

BARBOSA, Cristiane Olegário. **Família e cooperativismo: o *ethos* cooperativistas na região de Franca/SP.** 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

### **ABSTRACT**

This work presents the research developed that sought to know the impact of cooperativism in the daily cooperative families of a cooperative in the region of Franca, with the aim to identify the power of cooperativism as a form of economic and social development and knowing whether its members have awareness and understanding about its proposal. The first part of the text approaches the history of Cooperatives in the region of Franca / SP through the history of Coffee Growers and Agriculturists' Cooperative, the universe of this research and its product, the coffee, that it's the fruit of the work of more than two thousand members of this institution. This research discusses about the families and work in capitalist sociability, presenting the family nucleus as the fundamental element of society and important participant of production relations in everyday social life. The cooperativist historicity was described since the beginning in Rochdale, in England, until its structure in the current modern, as the cooperative enterprises, its branches of actuation and its representation in the world. In addition, presenting a special way, the cooperativist principles published by the economic and social development mode. The second part of this work discourses about the cooperativist culture and the way of experiencing the principles and collective economic practice. The dissertation also proposes a reading evincing the cooperativism's contributions to the development of values such as citizenship, cooperation and education for families and society. Finally, points out the dimensions of the professional work of Social Worker, the materialization of the theoretical framework in the professional exercise and the arduous task of building professional identity seeking to overcome the adversities in working with families and in the cooperative. The themes covered in the text are fundamental elements of working world: the family as a producer and reproducer of life and work and the cooperativism as a mode of collective work, based on the cooperation and on the collective work.

**Keywords:** family. cooperativism. cooperativist culture. social service's job.

## LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
COCAP	Cooperativa Central Agropecuária do Paraná
COCAPEC	Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas
CNC	Conselho Nacional de Café
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPR	Cédula de Produto Rural
COOP	Cooperativa de Consumo
COOPERCICA	Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Industrial de Conservas Alimentícias “Cica”
DNC	Departamento Nacional de Café
GIS	Sistema de Georeferenciamento por Satélite
IBC	Instituto Brasileiro de Café
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
PEPP	Projeto Ético-Político Profissional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIMCAFÉ	Simpósio do Agronegócio Café da Alta Mogiana

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>13</b>
<b>PARTE 1 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 1 SURGIMENTO DO TEMA .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 A Cooperativa em estudo .....</b>	<b>20</b>
1.1.1 Primeiros passos da pesquisa .....	22
1.1.2 Café no mundo .....	25
1.1.3 Café no Brasil .....	25
1.1.4 Cultivares: Sujeitos .....	28
1.1.5 Pesquisas documental e de campo .....	32
<b>CAPÍTULO 2 FAMÍLIA .....</b>	<b>40</b>
<b>2.1 Família: breves considerações .....</b>	<b>41</b>
2.1.2 Família e trabalho na sociabilidade capitalista .....	42
2.1.3 Família e o cotidiano .....	49
<b>CAPÍTULO 3 COOPERATIVISMO .....</b>	<b>52</b>
<b>3.1 Cooperativismo: breve histórico .....</b>	<b>53</b>
3.1.2 Cooperativismo no mundo .....	56
3.1.3 Cooperativismo no Brasil .....	56
3.1.4 O empreendimento cooperativo .....	59
3.1.5 Ramos de atuação .....	63
3.1.5.1 <i>Agropecuário</i> .....	63
3.1.5.2 <i>Consumo</i> .....	63
3.1.5.3 <i>Crédito</i> .....	64
3.1.5.4 <i>Educacional</i> .....	65
3.1.5.5 <i>Especial</i> .....	65
3.1.5.6 <i>Habitacional</i> .....	66
3.1.5.7 <i>Infraestrutura</i> .....	66
3.1.5.8 <i>Mineral</i> .....	66
3.1.5.9 <i>Produção</i> .....	66

3.1.5.10 Saúde.....	67
3.1.5.11 Trabalho .....	67
3.1.5.12 Transporte.....	68
3.1.5.13 Turismo e Lazer .....	68
3.1.6 Princípios cooperativistas .....	68
3.1.6.1 Adesão livre e voluntária .....	69
3.1.6.2 Gestão democrática .....	69
3.1.6.3 Participação econômica dos sócios.....	71
3.1.6.4 Autonomia e independência .....	73
3.1.6.5 Educação, formação e informação.....	74
3.1.6.6 Intercooperação .....	75
3.1.6.7 Preocupação com a comunidade .....	76
<b>PARTE 2 O ETHOS COOPERATIVISTA E O SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>79</b>
<b>CAPÍTULO 4 CULTURA COOPERATIVISTA .....</b>	<b>80</b>
<b>4.1 Cultura versus ethos cooperativista .....</b>	<b>81</b>
4.1.1 Cidadania, cooperativismo, educação e a contribuição da cultura cooperativista para as famílias e sociedade .....	85
4.1.2 Dimensões do trabalho do Assistente Social .....	88
4.1.3 Materialização do referencial teórico no exercício profissional.....	92
4.1.4 Construindo a identidade profissional buscando superar as adversidades .....	94
4.1.5 Trabalho na cooperativa.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>116</b>

## **CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS**

Entre 2008 e 2010, famílias foram o objeto da pesquisa desenvolvida pela autora, durante o período de vigência da bolsa de iniciação científica fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A proposta do trabalho era estudar os conceitos de família dos profissionais de ciências humanas e sociais aplicadas na literatura científica e na prática profissional das áreas citadas, iniciando então um mergulho profundo na pesquisa sobre a família.

Ao final do projeto, as considerações finais trazidas no Trabalho de Conclusão do Curso apontaram a família como um espaço de afeto, respeito e sobrevivência numa sociedade materialista, consumista, individualista e desumana, a partir da crítica ao sistema econômico do Capital.

A proposta final apresentada pelo trabalho ocupou-se de traçar estratégias para a articulação das políticas públicas a fim de oportunizar o acesso dos núcleos familiares a seus direitos. O ponto central considerado foi a busca da autonomia e desenvolvimento dos membros da família, através de incentivos à conscientização e à coletividade e, também, um cuidado especial para o fortalecimento dos vínculos familiares.

Naquele momento, destacaram-se alguns pontos para as potencialidades das famílias, baseados no trabalho desenvolvido por Guimarães (2007), que propunha uma Política Nacional de Família, com o intuito de promover a família como sujeito integrador, educador e mediador através da conexão entre sociedade e políticas públicas.

Guimarães (2007, p. 127) acredita que é necessária uma visão política que seja universal e abrangente, que se ocupe em atender a pluralidade da realidade do país e considere as especificidades das famílias, destacando os núcleos empobrecidos que não dispõem de condições para sua própria manutenção.

Em 2011, a experiência profissional da autora possibilitou sua aproximação com uma proposta de desenvolvimento econômico e social aparentemente diversa da ordem vigente: o cooperativismo.

A autonomia, a conscientização e a coletividade, pontos avaliados como principais para o desenvolvimento das famílias enquanto sujeitos coletivos, são temas propostos pela sociedade cooperativa, por meio de seus princípios aderentes (BARBOSA, 2010).

A proposta desta pesquisa é, pois, compreender as relações estabelecidas entre a família e o cooperativismo. Dito de outro modo vislumbrou-se analisar quais são os impactos da cultura cooperativista na vida das pessoas, bem como quais são as potencialidades desse público que vê na cooperação o princípio que funda o desenvolvimento de suas famílias e comunidades.

Tal investigação foi desenvolvida, a partir, sobretudo, da análise do cotidiano profissional na Cooperativa, assim como da proposição, elaboração, do acompanhamento e da execução de projetos, programas e ações realizadas pela organização, em benefício dos seus cooperados, familiares, colaboradores e das comunidades.

A filosofia cooperativista prima pelo cumprimento de seus princípios: o princípio de “Educação, formação e informação” e, ainda, da “Preocupação com a comunidade”. No sentido de efetivar tais princípios, são desenvolvidas ações com crianças, jovens, mulheres e homens ligados à cooperativa e também à comunidade em geral (GAWLAK, 2007).

Os projetos sociais da Cooperativa visam à disseminação dos valores cooperativistas no campo e na cidade, dentre outros. A atuação se dá de diversas formas na sociedade, cooperando com o desenvolvimento local e com o fortalecimento do produtor rural.

Observando as relações na cooperativa, bem como considerando o contato direto da autora com os cooperados, atores desse modo de desenvolvimento econômico, percebeu-se a necessidade de indagar se há uma cultura cooperativista e como os sujeitos envolvidos nesta proposta a compreendem. Ainda, questionou-se questionar se essa é uma cultura que visa o desenvolvimento econômico, social e cultural, ou se ela é uma maneira, um modo, ou uma condição de sobrevivência no mercado.

Esta pesquisadora parte de uma concepção ampliada da construção do conhecimento, que considera que pesquisas acadêmicas, via de regra, devem sair dos muros da universidade e, efetivamente, proporem mudanças concretas na vida das pessoas.

Assim, pretendeu-se por meio desta pesquisa contribuir na fundamentação de uma postura crítica para uma intervenção estratégica do Serviço Social, vislumbrando o cooperativismo como mais uma possibilidade de trabalho para o assistente social.

A filosofia cooperativista não fará a transformação social ou a de ordem societária como se vislumbra numa perspectiva social-crítica e se encontra no Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), todavia oferece oportunidade para a ampliação do olhar das pessoas inseridas na ordem do capital, trabalhando e fortalecendo o sujeito coletivo.

Foi nesse contexto que se buscou pela produção científica a respeito do tema desta pesquisa. Pressupõe-se que o trabalho do assistente social é buscar propostas, melhores condições para apreensão da realidade dos sujeitos, bem como a construção de espaços para o desenvolvimento das potencialidades e autonomia da população usuária do serviço ao qual o profissional está vinculado.

As informações para a construção e alcance dos objetivos da pesquisa foram obtidas através de diferentes olhares e perspectivas trazidos por dados documentais e entrevistas.

A pesquisa se deu no espaço da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas, sociedade do ramo agropecuário que desenvolve suas atividades em torno da produção, beneficiamento e comercialização de café. A cooperativa se localiza na região da Alta Mogiana<sup>1</sup>, abrangendo parte do nordeste do Estado de São Paulo e parte do sudoeste mineiro e conta com mais de 2.000 cooperados.

O trabalho será apresentado em duas partes: a primeira, que cuidou de desenvolver o percurso metodológico da pesquisa, expondo todos os elementos que fazem parte, cotidianamente, da vida dos sujeitos, a organização da qual fazem parte e o produto que produzem e comercializam. A presente pesquisa dialogou com elementos e pesquisas conhecidos no decorrer do processo de investigação documental e de campo, analisando as paridades e disparidades entre as visões de mundo contidas em pesquisas e trabalhos já desenvolvidos sobre o mesmo assunto.

Dando continuidade, dissertou-se sobre as principais matrizes do trabalho: a família e o cooperativismo, apresentando suas formas de existir na sociabilidade atual.

Dialogando com o material empírico, foram abordadas as maneiras de sobrevivência das famílias no conjunto econômico, social e cultural onde estão inseridas e em âmbitos urbano, rural e na realidade. A partir disso, foi investigado o entendimento dos membros da sociedade cooperativa sobre o cooperativismo, para

---

<sup>1</sup> Alta Mogiana: região localizada no nordeste do Estado de São Paulo é uma das mais tradicionais regiões produtoras de café. Conhecida mundialmente por oferecer um produto de qualidade.

a identificação das necessidades e o envolvimento das famílias na relação com a cooperativa. O processo dialético de análise proporcionou possibilidades no desvelamento da realidade e projetou um movimento para mudanças e contribuições para as famílias cooperadas.

A segunda parte do trabalho tratou o modo de viver o cooperativismo na realidade pesquisada. O texto propôs uma discussão sobre a cultura cooperativista, cultura versus o *ethos* cooperativista, provocando uma reflexão acerca dos títulos atribuídos às propostas de formas de sobrevivência no sistema econômico vigente.

A pesquisa buscou contribuir destacando a importância que valores como a educação, cidadania e formação coletiva podem trazer para a sociedade e como tais valores, desenvolvidos pelo viés da cooperação, possibilitam e potencializam a ampliação de visão de mundo, conhecimento e consciência das populações e comunidades, em torno das sociedades cooperativas.

Por fim, apresentou-se o papel do profissional do Serviço Social diante dessas organizações sociais e as características trazidas por elas. O texto procurou demonstrar como as dimensões do trabalho do assistente social podem somar e ampliar as possibilidades de trabalho dentro de uma realidade capitalista.

## **PARTE 1 PERCURSO METODOLÓGICO**

## **CAPÍTULO 1 SURGIMENTO DO TEMA**

## 1.1 A Cooperativa em estudo

O cooperativismo foi apresentado aos cafeicultores francanos através da instalação do núcleo da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná (Cocap), em 1985, graças à busca e à visão do cafeicultor da Alta Mogiana, Sr. José Carlos Jordão da Silva que conheceu, por meio de amizades comuns, o Sr. Constâncio Pereira Dias, presidente da Cocap; a central contava com 43 cooperativas associadas.

Sr. Jordão foi até a sede da Cooperativa Central e recebeu o incentivo de lideranças cooperativistas da região Sul, a mais avançada na cultura cooperativista. Assim, o produtor, conhecendo a qualidade e potencialidade da produção de café da região e o modelo de desenvolvimento econômico e social, aceitou fundar um núcleo da Cocap em Franca (COCAPEC, 2010a).

Após dois anos da instalação do núcleo da Cocap, os cafeicultores da Alta Mogiana criaram uma cooperativa própria em 11 de julho de 1985.

Através de decisão em assembleia geral, os sócios fundadores assumiram as instalações do núcleo da Cocap que consistiam em: um armazém de café com capacidade para 150 sacas, uma usina de rebenefício e o prédio administrativo da antiga Cocap, passando a se chamar Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec).

A nova cooperativa iniciou seu trabalho com aproximadamente 300 cooperados. Atualmente, conta com mais de 2.000 associados, núcleos em Capetinga, Claraval e Ibiraci em Minas Gerais, e Pedregulho em São Paulo, atendendo mais de 25 municípios.

A cooperativa contribuiu para o desenvolvimento tecnológico no campo, criou condições melhores na aquisição de produtos, dinamizou a compra e venda de café e incentivou seus cooperados à melhoria da qualidade de um produto de valor no cenário econômico mundial. (COCAPEC, on-line).

O trabalho da cooperativa começou com o monitoramento em sua região de atuação. Através do Sistema de Georeferenciamento por Satélite (GIS) empregado desde 2000, é possível mensurar a área em café, realizar previsões de safra e programar toda a estrutura da cooperativa para atender o cooperado, seja em suas demandas na lavoura ou na armazenagem de seu produto.

Aliado a essa ferramenta, o setor técnico atende ao associado na lavoura, identificando deficiências nutricionais, doenças e pragas, ajudando o produtor a escolher a melhor forma de conduzir a lavoura. Esse processo recebe o apoio do laboratório da Cocapec que realiza análises completas de solo e folhas.

Presente em todas as etapas de produção do café, a cooperativa ainda armazena e prepara o produto para venda no mercado interno e externo em suas usinas de rebenefício. Recentemente, a Cocapec passou a disponibilizar aos seus associados a possibilidade da entrega de café a granel ou em *big bag*<sup>2</sup>. Esse processo proporciona agilidade, reduzindo tempo e custos. Para o associado comercializar seu café, a cooperativa disponibiliza variadas modalidades de venda (mercado físico e futuro e Cédula de Produto Rural (CPR)<sup>3</sup> por meio do setor de comercialização.

Além do suporte mencionado, também oferece qualificação para seus cooperados através de minidias<sup>4</sup> de campo, palestras e do Simpósio do Agronegócio Café da Alta Mogiana (Simcafé). Esses eventos têm o objetivo de despertar no cooperado produtor rural o interesse em informações ligadas aos processos de gestão de seu negócio para que, da mesma forma que as tecnologias de produção foram adotadas, as ferramentas de gestão sejam desenvolvidas e implantadas nas propriedades, contribuindo para a formação de um empresário rural (COCAPEC, 2014).

A cooperativa é realizadora e parceira de programas e projetos que difundem o cooperativismo e a preservação do meio ambiente. Dentre eles estão: Encontro de Mulheres e Crianças, Programa Cooperjovem, Mosaico Teatral, Projeto Escola no Campo, Coleta Itinerante de Embalagens de Defensivos Agrícolas Vazias, Campanha Natal Cooperativo e Cooperação. (CAFÉPOINT, on-line).

---

<sup>2</sup> *Big bag* é uma grande saca produzida a partir do resistente polipropileno e vem com um par de alças para içamento, o que facilitando seu manuseio, tem a capacidade conter até 1.500 kg de café verde (o equivalente a 25 sacas) e pode ser empilhado em até quatro unidades, otimizando espaço de armazenamento. Os *bags* tem baixo custo unitário e podem ser reutilizados muitas vezes se cuidados adequadamente. (CAFÉPOINT, on-line)

<sup>3</sup> As Cédulas de Produto Rural (CPR) são um título que pode ser emitido por produtores rurais, suas cooperativas de produção e associações, com a finalidade de obtenção de recursos para desenvolver sua produção ou empreendimento (BANCO DO BRASIL, on-line).

<sup>4</sup> Encontros técnicos no campo com palestras, formação e informações sobre novas técnicas e tecnologias agrícolas para o cultivo das lavouras.

Os objetivos das ações realizadas foram:

- **Encontro de Mulheres Cooperativistas:** aproximar cooperadas, esposas e filhas de cooperados e colaboradas da filosofia cooperativista através de atividades voltadas à cooperação.
- **Encontro de Crianças Cooperativistas:** formar crianças com consciência e conhecimento cooperativista, para que se eduque uma nova geração mais preparada para multiplicar essa doutrina.
- **Cooperjovem:** incentivar a prática da cooperação e a disseminação do cooperativismo, buscando a integração entre as cooperativas parceiras e comunidades locais.
- **Mosaico Teatral:** promover o acesso à cultura ao público geral, inserindo a cooperativa na comunidade.
- **Cooperação:** aproximar e promover a integração entre os colaboradores e a instituição através de desafios, contribuindo para a formação e profissionalização dos colaboradores.
- **Natal Cooperativo:** arrecadar doações para entidades assistenciais da região da cooperativa.
- **Comitê Educativo:** informar e qualificar o cooperado, estreitando e fortalecendo a ligação entre a cooperativa e seu associado.

### 1.1.1 Primeiros passos da pesquisa

Iniciou-se a pesquisa de campo com a declaração do presidente da cooperativa, autorizando a realização deste trabalho.

A partir disso, foram seguidos os critérios definidos para a escolha dos sujeitos: movimentação comercial de insumos e café, bem como a participação em assembleias no exercício de 2011 e 2012. Os critérios estabelecidos estão vinculados aos direitos e aos deveres subscritos no Estatuto Social da Cooperativa em estudo, como:

Artigo 11 – São direitos do associado, sem prejuízo de outros assegurados por lei:

- a- tomar parte nas Assembleias Gerais discutindo e votando os assuntos que nela tratarem, ressalvados os casos tratados no artigo 28;
- b- [...]

- c- votar e ser votado para cargos nos Conselhos de Administração ou de Fiscalização da Cooperativa, ressalvando-se os impedimentos previstos em Lei ou neste Estatuto;
- d- realizar com a Sociedade as operações que constituam o objetivo desta, em conformidade com o presente Estatuto e as normas estabelecidas pelas Assembleias Gerais e pelos órgãos de Administração. (COCAPEC, 2010b, p. 14–15).

A seleção desses critérios se justifica, também, por buscar sujeitos participativos na cooperativa, para que o impacto da cultura cooperativista possa realmente ser analisado.

- Artigo 13 – São deveres e obrigações do Associado, cujo cumprimento é requisito indispensável para sua permanência na Cooperativa:
- [...]
- b – efetuar a entrega de sua produção de café e de outros produtos agropecuários com os quais a Cooperativa venha operar, na forma que for regulamentada pelo Conselho de Administração;
  - c – efetuar a entrega da totalidade de sua produção cafeeira à Sociedade, na forma regulamentada pelo Conselho de Administração;
- [...]. (COCAPEC, 2010b, p. 16).

Por meio do sistema de dados da Cooperativa obteve-se a seleção dos associados que, seguindo o Estatuto e em conformidade com as informações processadas pelo programa, participaram cumprindo o dever de armazenar e comercializar o seu produto na Cooperativa, bem como exerceram o direito de participação nas Assembleias Gerais de 2011 e 2012.

O procedimento resultou em uma listagem com 99 cooperados divididos entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Os 42 produtores paulistas e os 57 mineiros foram especificados em planilhas diferentes, com numeração em forma crescente; um site gerador de números aleatórios foi utilizado.

Assim, foram sorteados 8 números para cada Estado. Obteve-se uma amostragem real de 16 possíveis sujeitos de pesquisa e, dessa amostra, foram selecionados ou escolhidos 8 sujeitos, sendo 4 paulistas e 4 mineiros; somente 5 aceitaram participar da pesquisa, sendo que cada entrevistado era pertencente à uma família de cada uma das regiões de abrangência da cooperativa, entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Para se chegar até aos sujeitos foi feito contato pessoal, com o objetivo de convidá-los a participarem da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas na matriz e núcleos da Cooperativa, por escolha dos produtores cooperados.

No início da conversa esclarecia-se o objetivo da pesquisa, da mesma forma como no momento do convite. Os sujeitos assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (Anexo A) e todos aceitaram que as entrevistas fossem gravadas em áudio.

Na pesquisa qualitativa [...] ao falar do trabalho de campo destaca que “[...] a entrevista – tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico – é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo”. (LEONELLO, 2010, p. 31).

Os pesquisadores José Filho e Dalbério (2006) classificam as entrevistas em estruturada e não-estruturada. O entrevistador, na entrevista estruturada, tem um roteiro predeterminado, estabelecido em um formulário que será realizado com os sujeitos de pesquisas selecionados.

No caso da entrevista não-estruturada, o entrevistador direciona a entrevista no sentido de explorar mais uma ou outra questão. Nessa modalidade, as perguntas são abertas e podem ser respondidas em uma conversa, sem formalidades.

Para a realização desta pesquisa, a entrevista semiestruturada e pesquisa documental foram os instrumentais escolhidos.

Diante disso, a pesquisa foi efetivada mediante a realização de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado (Apêndice A).

Segundo José Filho e Dalberio (2006), o formulário, ou seja, o instrumento pelo qual o entrevistado faz as perguntas vai assumindo configurações que favorecem o contato do pesquisador com a realidade do entrevistado de forma mais direta. Na medida em que o roteiro de entrevista estiver em consonância com os objetivos da pesquisa e busca informações precisas para responder às questões essenciais da investigação, passa a ser instrumento de pesquisa válido. (LEONELLO, 2010, p. 31-32).

Para melhor descrever os sujeitos selecionados, foram apresentados suas raízes e o universo vivenciado por eles cotidianamente, destacando o café, fruto do seu trabalho.

### 1.1.2 Café no mundo

A palavra café dá nome à planta, ao fruto e à bebida; contudo sua origem é imprecisa, podendo ter três raízes: etíope, árabe ou turca, para as quais são dados significados diferentes como vinho e força. Os estudos sobre a planta indicam ser originária da Etiópia Central, onde ainda são cultivados milhares de pés (CNCAFÉ, on-line).

A história mais conhecida sobre a descoberta do café conta que, em meados do ano 800 d.C, nas montanhas da Abissínia (Etiópia), um pastor chamado Kaldi observou que suas cabras ficavam alegres e agitadas quando comiam folhas e frutos de um arbusto. Ao experimentar o fruto do tal arbusto, o pastor se sentiu mais disposto e eufórico.

A descoberta do efeito daquele fruto foi disseminada pelo norte da África até chegar ao mundo árabe, em meados do século XV (1440). Assim, os árabes começaram a consumir o café em forma de massa, para manter os fiéis acordados nas vigílias de oração para Alá, tendo sido o consumo intensificado com a proibição do uso de bebidas alcoólicas pela religião mulçumana.

Dos islâmicos, o consumo passou aos monges que preparavam um chá com as folhas e frutos de café. Conta-se que um monge aproximou do fogo alguns ramos e frutos de café para secar e guardar para usá-los no período da chuva; tendo se descuidado, deixou os frutos torrarem e sentiu um aroma agradável que envolveu todo o mosteiro (CNCAFÉ, on-line).

Assim, os monges retiraram os grãos do fogo, moeram e os transformaram em pó: estava preparado o primeiro café da maneira que se toma até hoje.

### 1.1.3 Café no Brasil

Em 1825, o café encontrou as condições necessárias para o seu desenvolvimento nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, quando se tornou o produto de maior exportação do país.

Todavia sua chegada ao Brasil tem uma história curiosa. Em 1727, o sargento-mor Francisco de Melo Palheta foi enviado à Guiana Francesa com a falsa missão de resolver assuntos oficiais das fronteiras.

O seu verdadeiro objetivo era conseguir mudas da planta. Obteve sucesso e inicialmente foram plantadas no estado do Pará que, mesmo sem condições climáticas favoráveis, adaptou-se ao solo (CNCAFÉ, on-line).

Houve o plantio de café do norte ao nordeste; depois no sudeste, em 1773, no Rio de Janeiro, ampliando-se até chegar, em 1825, a São Paulo e a Minas Gerais.

No período da Independência, o café ganhou corpo significativo entre as culturas produzidas no Brasil, principalmente, pela crise do açúcar e do algodão sofrendo com a pressão no mercado internacional; por essa razão, os produtores precisavam de um produto de fácil colocação e competitivo nesse mercado. A crise enfrentada também pela mineração liberou recursos financeiros e mão-de-obra, incentivando ainda mais o investimento em uma nova cultura.

A partir do século XIX, o hábito de beber café tornou-se moda na Europa e, em menor escala, nos Estados Unidos, estimulando o desenvolvimento de cafezais no Brasil. Para isso contribuíram também condições ideais de clima e solo existentes no sudeste. Assim, em pouco tempo, o café tornou-se o produto brasileiro mais vendido no exterior (BOULOS JÚNIOR, 2003, p.12).

Os acontecimentos fora do país colaboram e impulsionaram o crescimento da produção do café:

Em nível internacional, a produção brasileira foi favorecida pelo colapso dos cafezais de Java (devido a uma praga) e do Haiti (devido aos levantes de escravos e à revolução que tornou o país independente). Outros fatores decisivos foram a estabilização do comércio internacional depois das guerras napoleônicas (Tratado de Versalhes, 1815<sup>5</sup>) e a expansão da demanda europeia e americana por uma bebida barata. (CNCAFÉ, 2014, on-line).

Com esse cenário, o Brasil, em 1830, tem no café seu principal produto de exportação. Anos depois, em 1845, chegou a ser responsável por 45% das exportações de café do mundo.

O mercado de café era muito próspero no início do século XX. A economia cafeeira, responsável por grande número de empregos, garantia o pagamento das importações e da dívida externa brasileira. Tendo isso em vista, ou seja, por tratar-

---

<sup>5</sup> Tratado de Versalhes foi um tratado de paz que determinou os termos de paz na Europa encerrando oficialmente a Primeira Guerra Mundial.

se de uma atividade lucrativa, muitos cafeicultores alargaram suas lavouras e tiveram um aumento excessivo da produção.

Como a lei da oferta e da procura rege os mercados, a superprodução resultou em quedas constantes do preço do café e do lucro.

[...] em seis anos, o preço do produto no exterior caiu quase três vezes. Mas, apesar disso, a produção continua aumentando. Tanto é que, em 1905, o excedente de café nos armazéns brasileiros era de aproximadamente 11 milhões de sacas. (BOULOS JÚNIOR, 2003, p.94).

Preocupados, os cafeicultores começaram a pressionar os governos estaduais e federal para que intervissem.

Em 1905, os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os maiores produtores, reuniram-se em Taubaté – SP e então discutiram e assinaram um acordo, o Convênio de Taubaté (JOHNSTON, 1992).

O tratado propunha a compra e armazenamento da produção de café excedente pelo Governo Federal, através de empréstimos em bancos estrangeiros e, posteriormente, seria vendida ao exterior quando houvesse uma oportunidade favorável.

Assim, os grandes cafeicultores garantiram seus lucros e continuaram ampliando seus cafezais e o governo arcou com os prejuízos advindos deste convênio.

O governo interveio permanentemente na operação do mercado internacional de café e essa intervenção durou até o início da Grande Depressão de 1929<sup>6</sup>. A superprodução de café e a mudança de governo do país reinventaram a política cafeeira (BOULOS JÚNIOR, 2003).

Na década de 1930, para o enfrentamento da crise, foram queimadas 80 milhões de sacas de café. E, no ano seguinte, foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC) que, em 1933, foi substituído pelo Departamento Nacional de Café (DNC), autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda, que controlou o setor até 1946, quando foi extinto.

Em 1952, foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), formado principalmente por cafeicultores e que definiu as diretrizes da política cafeeira até

---

<sup>6</sup> A crise de 1929, decorrente da quebra da Bolsa de Nova Iorque, causou a desestabilização no mercado interno. Os financiamentos junto aos bancos estrangeiros foram interrompidos; os preços despencaram, levando o setor para uma enorme crise (CNC, ON-LINE).

1989. Para dirigir a política cafeeira no país após a extinção do IBC, foi criado, em 1996, pelo Governo Federal, o Conselho Deliberativo da Política do Café, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que atua até os dias de hoje (CNCAFÉ, on-line).

#### 1.1.4 Cultivares<sup>7</sup>: sujeitos

Há dois tipos de planta de café: Arábica e Robusta (Conilon). O café Arábica, de melhor bebida, é o tipo cultivado na região de Franca. Essa planta é objeto de pesquisas genéticas para o melhoramento das lavouras.

A partir dessas pesquisas foram desenvolvidas dezenas de variedades e linhagens de café, buscando alta produtividade e resistência às diversas condições de cultivo.

Dessas variedades foram escolhidas as mais encontradas nos cafeeiros da região, plantadas e cultivadas pelos sujeitos desta pesquisa. Os cultivares Bourbon, Catuaí, Acaíá, Obatã e Mundo Novo foram escolhidos para nomearem os sujeitos entrevistados que se apresentam a seguir:

Quadro 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa:

Quadro de Caracterização							
Nome	Idade	Escolaridade	Estado civil	Residência	Filhos	Porte da propriedade	Propriedade
Bourbon	54 anos	superior completo	viúva	Franca/SP	dois filhos	Produtora de médio porte	Pedregulho
Catuaí	32 anos	superior completo	solteiro	Z. rural de Pedregulho/SP	sem filhos	Produtor de médio porte	Pedregulho
Acaíá	48 anos	ensino médio	casado	Ibiraci/MG	sem filhos	Pequeno Produtor	Ibiraci/Claraval
Ubatã	50 anos	ensino fundamental	casado	Z. rural de Ibiraci/SP	um filho	Pequeno Produtor	Ibiraci
Mundo Novo	57 anos	superior completo	casado	Pedregulho	três filhas	Produtor de médio porte	Pedregulho

Fonte: Quadro elaborado por Cristiane Olegário Barbosa, apresentado os sujeitos entrevistados pela pesquisa.

Observa-se que a faixa etária dos sujeitos varia entre 32 anos e 57 anos. Dos 5 associados entrevistados, 4 são do sexo masculino e 1 do sexo feminino.

Os produtores de médio porte possuem escolaridade superior, graduados em Administração de Empresas e Direito e, concidentemente, os sujeitos são paulistas. Verifica-se também, as configurações: monoparental feminina e nuclear entre os entrevistados paulistas. Os sujeitos que possuem propriedade e residem em Minas

<sup>7</sup> Cultivares: representa os tipos de plantas de café.

Gerais têm escolaridade fundamental e média; consideram-se pequenos produtores e suas configurações familiares são casal sem filhos e casal com filhos.

Esses sujeitos são cooperados da Cocapec e dedicam sua força de trabalho à produção do café e têm nisso o apoio necessário para a condução do seu negócio.

O associado de uma cooperativa exerce três papéis fundamentais para a manutenção da organização: é o fornecedor, o cliente e o proprietário. Essas funções desempenhadas pelos cooperados objetivam o desenvolvimento da comunidade cooperativa. Isso acontece quando o associado fornece e comercializa o produto através da cooperativa, realiza a compra de insumos para a produção na instituição e participa dos assuntos e ações da cooperativa de perto como um sócio, exercendo seus direitos e deveres plenamente.

Como já apresentado anteriormente, os sujeitos desta pesquisa são cooperados cumpridores de suas funções, segundo os critérios definidos de participação comercial e política na sociedade. Dessa forma, serão apresentados os sujeitos e suas características:

- **Bourbon**

Cooperada, 54 anos, viúva, produtora rural de médio porte, ensino superior completo, família monoparental feminina com dois filhos, residente na cidade.

Para Bourbon, ser uma cooperada é:

Eu acho que, pensando que a cooperativa é nossa, eu acho que a gente tem que dar prioridade sempre a fazer qualquer tipo de negociação com a cooperativa, mas logicamente, [...] a gente tem que visar o nosso próprio negócio, então, se tiver alguma ocasião, que não seja melhor [...] trocar ideia, dar sugestões e participar também de todos os eventos, também, participar fazendo troca comprando, comercializando [...] eu acho que uma das coisas que diferencia a cooperativa, é exatamente isso, você tem que sentir que é uma grande família, assim, que a gente tem a liberdade de chegar e poder trocar com quem está na execução.

Bourbon considera a Cooperativa um espaço de conhecimento e experiências com os demais associados. Posiciona-se como pertencente ao empreendimento cooperativo, avaliando que deve se priorizar as negociações com a sociedade, como configura nos direitos e deveres estatutários. Todavia, o interesse principal é a melhor oportunidade para o seu negócio. A cooperativa tem o *status* de “*grande família*” ou base de referência para o desenvolvimento do seu empreendimento particular.

- **Catuaí**

Cooperado, 32 anos, solteiro, produtor rural de médio porte, ensino superior completo, filho de Bourbon, reside no campo.

Ser cooperado para Catuaí:

Eu acho que o mais importante é ele participar, independente de que forma, ele tem que participar, priorizando comprar dentro da cooperativa se ela tiver o melhor preço sempre, porque o cooperado, também, visa lucro no negócio dele, então, se a cooperativa não está oferecendo o melhor negócio, ele busca fora, se for empatado ele tem a obrigação de comprar com a cooperativa, não só comprar, de trabalhar com a cooperativa. E lógico, se ela for melhor ele vai trabalhar sempre com a cooperativa [...] a prioridade sempre é o meu negócio, eu me associei para o que o meu negócio lá melhora, então, eu acho que a cooperativa vem com intuito de auxiliar isso e eu acho que a nossa obrigação é participar, ir em reunião, participar das decisões, fomentar a cooperativa [...] quando você está insatisfeito você vai lá bate na porta do diretor e vai falar com ele, acho que isso é importante.

Para Catuaí, o traço característico de um cooperado é a participação de maneira ampla. A fidelidade ou o cumprimento das obrigações estatutárias são reconhecidas por ele como importantes e necessárias, porém as relações entre cooperado e cooperativa estão sob a sentinela da lei da oferta e da procura.

Para este sujeito, a sua empresa ou empreendimento rural é e deve ser a prioridade; nesse caso, as relações comerciais vão além dos princípios cooperativistas ou compromissos estatutários. A primazia é a empresa rural e a participação nos espaços de discussão da cooperativa, em busca de melhores condições que beneficiem as empresas rurais de cada um dos associados.

- **Acaíá**

Cooperado, 48 anos, casado, ensino médio completo, pequeno produtor, casal sem filhos, reside na cidade.

Acaíá define ser um cooperado como:

Ser fiel à cooperativa, no sentido de honrar com seus compromissos, porque a cooperativa não doa nada pra ninguém, né, então desde que você se torna um cooperado você precisa seguir as regras que a cooperativa coloca [...].

Em sua fala, Acaíá baseou-se em alíneas encontradas nos artigos estatutários que descrevem os direitos e deveres do cooperado como:

São direitos do associado [...] realizar com a Sociedade as operações que constituam o objetivo desta, em conformidade com o presente Estatuto e as normas estabelecidas pelas Assembleias Gerais e pelos órgãos de administração; [...].

São deveres do associado [...] cumprir pontualmente seus compromissos com a Sociedade, perdendo o direito de votar e ser votado, se lhe causar prejuízos; [...]. (COCAPEC, 2010, p.15, 17).

- **Obatã**

Cooperado, 50 anos, casado, ensino fundamental completo, pequeno produtor, casal com filho, residente no campo.

Ser um cooperado, para Obatã, resume-se em “Acaba sendo um membro da cooperativa, a cooperativa depende do cooperado e o cooperado depende da cooperativa”.

Esse sujeito denota a relação de dependência entre associado e Sociedade. Ser um membro da Cooperativa, para ele, coloca-o no mesmo lugar que a própria Cooperativa. O crescimento econômico e social do cooperado depende sobremaneira do desenvolvimento sustentável da Cooperativa. Para o pequeno produtor, a Sociedade Cooperativa é a sustentação para o seu trabalho. É através da Cooperativa que ele acompanha o cenário mercadológico do seu produto e é nela que deposita a confiança para comercializar a sua produção.

- **Mundo Novo**

Cooperado, 57 anos, casado, ensino superior completo, produtor rural de médio porte, casal com 3 filhas, residente na cidade.

Mundo Novo qualifica um cooperado da seguinte forma:

[...] ele tem que ser atuante, ele tem que ser aquela pessoa que colheu e deposita os seus produtos na cooperativa, ele comercializa esses produtos na cooperativa, que ele compra os insumos da cooperativa, então, isso pra mim é o que é o cooperado fiel a ela, é aquele que deposita seus produtos e compra seus insumos por ela, eu vejo que é esse o perfil que tem que ter o cooperado [...].

Ser um cooperado, para Mundo Novo, resume-se em fidelidade aos compromissos assumidos, mutuamente, entre associado e empreendimento cooperativo.

Nota-se que, para os sujeitos escolhidos, a fidelidade aos compromissos com sua cooperativa é condição *sine qua non* para ser um cooperado. Entretanto,

essa noção varia conforme a clareza que se tem sobre a relação comercial ou mercadológica estabelecida com a Cooperativa.

#### 1.1.5 Pesquisas documental e de campo

Para a condução da análise proposta, o método materialista histórico se apresenta por trazer a compreensão da vida social e suas dimensões baseada na reprodução e produção socioeconômica.

O materialismo considera a produção e a reprodução como processos sociais essenciais, que influenciam muito, se é que não determinam o caráter básico dos sistemas sociais, os padrões de vida a eles associados, e os padrões de mudança histórica e desenvolvimento. (JOHNSON, 1997, p.140).

A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória e qualitativa, pois, segundo Leonello (2010), o estudo exploratório estabelece prioridades e conceitos claros, enquanto a pesquisa qualitativa proporciona técnicas variadas de busca e análise de dados.

Sendo assim, o início da pesquisa ou se deu pela exploração documental. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica possui o objetivo de pôr o pesquisador em contato direto com as informações que já se tornaram públicas sobre aquilo que ele almeja investigar. Considera também que, na pesquisa documental, o pesquisador reúne dados através de documentos que podem estar escritos ou não. As fontes desses documentos podem ser arquivos públicos, particulares e fontes estatísticas.

A Cooperativa é objeto de estudo de diversos trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos de graduação e pós-graduação. Pesquisando esse acervo foi encontrado um artigo desenvolvido por um grupo de pós-graduandos do curso de especialização em Gestão do Agronegócio Café que discutiram “A conscientização dos cooperados para o cooperativismo: o caso Cocapec”. (MALTA, 2009).

O objetivo do artigo consistia em “[...] identificar o nível de conhecimento e de interesse de nossos cooperados sobre os benefícios proporcionados pela cooperativa e pelo modelo cooperativo aplicado na região da Alta Mogiana.” (MALTA, 2009, p.2). O trabalho acadêmico traz uma pesquisa quantitativa realizada

em 2009, que abordou pontos significativos para a compreensão do modo de vida cooperativista local, que podem enriquecer a discussão proposta por este trabalho.

Alinhar-se-á o resultado dessa pesquisa com os pontos de vista dos sujeitos da presente pesquisa.

A pesquisa desenvolvida em 2009 contou com a participação de 80 indivíduos, distribuídos na matriz de Franca, nas filiais de Claraval, Capetinga, Ibiraci e Pedregulho. O perfil descrito é o seguinte:

“Gênero – dos 80 entrevistados, 76 são do sexo masculino (95%) e 4 do sexo feminino (5%). Idade – idade média 46 anos, mínima 25, máxima 80. Escolaridade – 38,75% superior completo. Tempo na atividade – a média é de 21 anos, mas a maior parte 43,75%, 11 a 20 anos. Tempo de cooperativa – 32,5% tem 5 anos, 25% mais de 20 anos. (MALTA, 2009, p. 18, 21).

Fez parte do instrumental da pesquisa uma questão<sup>8</sup> referente às informações sobre o cooperativismo oferecidas pela cooperativa no momento da associação ao quadro da social: 62,5% da população entrevistada afirmaram ter recebido informações, entretanto 27,5% relataram ter recebido apenas de forma parcial e 37,5% dos entrevistados afirmaram não ter recebido informações de forma satisfatória.

Relacionados aos serviços oferecidos, os sujeitos foram questionados sobre os principais interesses dos produtores ao se associarem à cooperativa, sendo 73% pela comercialização de café e 70% pela armazenagem.

Outro questionamento feito aos sujeitos foi referente ao conhecimento sobre o conceito de cooperativismo. Entre as alternativas apresentadas, 70% dos cooperados responderam que se trata de “união de pessoas para o fortalecimento da atividade” e 63,75% consideram uma “associação de pessoas com o mesmo interesse”, como melhor definição.

Para os sujeitos desta pesquisa, o conceito de cooperativismo:

É uma associação de pessoas com intuito de melhorar a seu negócio, comprando melhor, vendendo melhor, tendo assistência, de modo geral é isso, quando você se reunir consegue melhorar, absorver conhecimento. (CATUAI).

[...] acho que tem uma troca também, né, um ajudando o outro, o grupo participando da cooperativa e a cooperativa retribuindo com formação e serviços. (BOURBON).

---

<sup>8</sup> O instrumental da presente pesquisa está entre os anexos no final do trabalho.

Catuaí e Bourbon definem cooperativismo como espaço de troca e cooperação para o desenvolvimento de seus empreendimentos, estabelecendo uma parceria através da união por melhores condições de negócio e absorção de conhecimento.

Verificou-se que, para pequenos produtores, o entendimento do conceito de cooperativismo difere em seu ponto central, a sobrevivência no mercado:

Do meu ponto de vista é uma oportunidade do pequeno se sobressair, melhorar o seu padrão de vida com o cooperativismo, né, embora as vezes não é muito bem aceito ainda, a gente percebe nas pessoas ainda um certo receio de se tornar cooperado de cooperativa de qualquer atividade que seja. Conversando com algumas pessoas sobre a nossa realidade aqui. “Ah, eu não coopero porque às vezes pode ir a falência eu ter que pagar”, isso acontece muito, então eu acho que falta um pouco de informação, mas eu acho que o cooperativismo é uma das poucas saídas que o produtor ainda tem, principalmente o pequeno, que para grande ele tem mais opções de saída pra sua atividade. (ACAIÁ).

Além disso, conforme acrescenta outro cooperado:

O cooperativismo é muito importante, para o produtor, principalmente para os mais pequenos. (OBATÃ).

Destaca-se a fala reforçada, nos dois depoimentos, que justifica a força do movimento cooperativista para o apoio e prosperidade dos pequenos produtores e, ainda assim, segundo Acaiá, há uma desconfiança por parte de possíveis interessados em relação às responsabilidades que um cooperado adquire ao se associar à cooperativa.

Cooperativismo pra mim é a união faz a força, ou seja, todas as pessoas com união, e uma auxiliam as outras é muito mais fácil e vencer as dificuldades com essa união. Então, pra mim o cooperativismo é uma força muito grande que nós brasileiros temos que saber muito bem aproveitar essa força, essa união. Porque o brasileiro por si só é um tanto individualista. (MUNDO NOVO).

Os conceitos trazidos pelos produtores conversam entre si quando destacam a importância da união e cooperação de forma coletiva, o desenvolvimento para o negócio e o crescimento individual e coletivo que o cooperativismo pode proporcionar.

A pesquisa de 2009 fez um questionamento relacionado ao atendimento das necessidades. Assim, 62,5% dos entrevistados estavam muito satisfeitos com o atendimento; 32,5% declararam ter parcialmente suas necessidades atendidas.

Na pesquisa atual, os sujeitos foram questionados sobre a importância da cooperativa para o seu negócio.

Conforme as palavras de Acaiá, a cooperativa é:

Fundamental para o negócio que eu exerço hoje.

Já, segundo considera outro cooperado:

A importância é muito valiosa pra mim, me ajuda muito na hora de comprar insumos, às vezes não tem o capital na hora pra comprar, aí faz o financiamento; na hora de vende meu produto a gente tem mais confiança de negociar, porque sabe que a cooperativa vai ser justa com o cooperado e não faz uma coisa desonesta. (OBATÁ).

A cooperativa para o meu negócio é muito importante, porque como ela tem uma estrutura para recebimento de café, armazenamento de produtos agropecuários dentro dela, que importância isso traz pra mim? Isso faz com que eu precise ter menos infraestrutura dentro da minha fazenda, ou seja, eu não preciso ter um galpão para armazenar toda a minha produção, não preciso ter um galpão para armazenar todos os produtos agrícolas que eu vou usar no ano, ou seja, ela faz esse papel pra mim, então, ela é uma extensão do meu negócio. Em função de ela poder fazer isso pra mim, esse dinheiro que poderia estar imobilizado na fazenda, está no meu capital de giro, eu tô trabalhando com ele. (MUNDO NOVO).

Pôde-se observar que os associados reconhecem o papel que a cooperativa representa na sua atividade, sobretudo, a relação entre a cooperativa e a fazenda, entendendo que a organização é uma extensão do seu negócio.

Após entrar para o quadro social da Cocapec, o processo produtivo dos cafeicultores, segundo a maioria dos indivíduos analisados, melhorou a renda e a qualidade, aumentou a área de produção e a produtividade; porém os fatores que motivaram essas mudanças não são somente ligados à cooperativa, mas também a questões particulares como: o esforço e visão de negócio pessoal, a participação e a sociedade com membros das famílias, a busca por conhecimento e a observação do desenvolvimento regional que estimularam o crescimento dos produtores em toda a região.

Também foi perguntado aos cooperados entrevistados por esta pesquisadora se houve mudanças desde a sua associação à cooperativa e o que mudou.

Pra mim foi fundamental, a partir do momento que eu entrei para a cooperativa, eu me senti mais protegida, até assim sabe, saber onde ir, onde ir encontrar as coisas, eu acho que foi muito clara essa mudança, antes era muito mais difícil, até a busca de conhecimento, informação, tudo

isso, acho que a partir do momento que eu comecei a trabalhar com a cooperativa facilitou demais [...] tanto na parte técnica, quanto na parte de mercado, inovações, em todas as partes. (BOURBON).

Pra mim, desde que me associei à cooperativa, eu já era sócio de muito tempo junto com o meu pai era diferente, e faz uns 10 anos que me associei, eu particular, aí a gente puxa a responsabilidade pra gente, sempre assumi responsabilidade, então eu acho que mudou no sentido de tocar o que a gente precisa, no sentido de todo o leque de assistência de tudo que eu faço. (ACAIÁ).

Os sujeitos estabelecem uma relação de pertencimento e responsabilidade; não veem a cooperativa como uma mera prestadora de serviço, mas nutrem uma relação de confiança, equivalente para pequenos e médios produtores.

Eu tocava minha atividade sem ser cooperado, assim acabava tendo mais dificuldade, você vai negociar o produto, e a cooperativa acaba sendo uma balizadora de preço pra nós, na hora de vender e comprar insumos e do produto, para mim melhorou bastante, não tenho ideia de sair do cooperativismo, pra mim melhorou bem. (OBATÃ).

Sim, eu comecei na cafeicultura na década de 80 e foi justamente nessa época que a Cokapec surgiu aqui e assim que ela começou e já associei a ela, mas antes da cooperativa a gente sofria muito, a gente tinha que ir no mercado para comprar insumos ou para poder vender o café e esse mercado abusava da gente. (MUNDO NOVO).

O que se pôde observar é que, no cotidiano, o cooperado reconhece e entende a importância da cooperativa para seu desenvolvimento, o que é passível de discussão e questionamentos mais adiante no texto. Observou-se ainda a identificação por parte deles do potencial de mobilização que o movimento cooperativista demonstrar ter.

Mais uma importante questão trazida pela pesquisa de Malta (2009) foi a participação dos cooperados em ações promovidas pela cooperativa. Atentou-se que o envolvimento era maior nas assembleias, onde 36,25% dos entrevistados responderam participar muito e nos dias de campo, o resultado foi de 35,5% dos indivíduos. Entretanto, nessas mesmas ações relatadas acima, a porcentagem de pessoas que participaram parcialmente foi superior, sendo 42,6% nas assembleias e 37,5% nos dias de campo.

Nas entrevistas com dois dos sujeitos foi destacado o valor da participação na cooperativa:

Eu acho que sempre me envolvi bem, sempre participei muito, sempre tive um relacionamento ótimo na cooperativa de troca de ideias, de falar o que eu acho, de participar de cursos e palestras, de todos os simpósios. (BOURBON).

Eu até me cobro mais, acho que eu deveria me envolver mais em relação a cooperativa, mas eu acho que tenho feito meu papel, mas por enquanto, como cooperado acho que tenho feito meu papel, mas poderia fazer mais. (CATUAÍ).

Os associados evidenciam ter um envolvimento produtivo e consciente com sua cooperativa, demonstrando um amadurecimento em relação ao seu papel e à cultura cooperativista. Como se verifica em Malta (2009, p.9):

Desenvolver relações sociais que se efetivem através da comunicação e cooperação entre as pessoas, numa relação de forma que não haja dominação de uns sobre os outros por meio de procedimentos educativos, onde os indivíduos se identifiquem por necessidades comuns a serem satisfeitas, através de atividades planejadas em conjunto para atingir os mesmos objetivos, fazem parte de uma cultura cooperativista.

Por fim, a fidelidade dos cooperados foi analisada e se evidenciou que 80% dos entrevistados; na pesquisa de 2009, compravam, armazenavam e comercializavam com a cooperativa, revelando a importância dessa instituição para o mercado da Alta Mogiana, tanto na área de insumos como na do café.

Os sujeitos da pesquisa atual, quando questionados sobre os serviços que utilizam na cooperativa, responderam:

[...] a gente usa praticamente tudo, compra de insumos [...] laboratório, técnico, quase todos os serviços. (BOURBON).

[...] comercialização de café, sem dúvida, a gente usa mais porque a gente comercializa o nosso café todo aqui, compra de insumos praticamente tudo aqui, porque a gente faz troca<sup>9</sup>, isso eu acho legal, eventualmente a gente compra fora, quando a gente encontra preço melhor fora. Apesar de ter agrônomo particular, a gente utiliza o agrônomo da cooperativa. (CATUAÍ).

Para Pinho (2004, p.123-124, grifo do autor) cooperativa é:

[...] “uma empresa de serviço” cujo fim imediato é o atendimento das necessidades econômicas de seus usuários, que a criam com seu próprio esforço e risco. Distingue-se da “empresa capitalista”, porque nesta a satisfação das necessidades dos usuários não representa seu fim imediato, mas sim a multiplicação ou rendimento do capital investido.

Outro importante serviço da cooperativa é a informação valorizada pelos sujeitos, demonstrando a sua característica educativa e social. Como citado, a

---

<sup>9</sup> Troca: é estipulado um valor para cada produto agrícola baseado no valor de sacas de café, assim mediante um contrato é firmada a troca de determinada quantidade de insumos por sacas de café.

cooperativa tem o fomento da atividade econômica como fim imediato, no entanto também objetiva a realização de programas educativos e sociais.

Eu busco bastante informação no corpo técnico, orientação e no campo falta um pouco da assistência técnica. (ACAIÁ).

Da loja, assistência de agrônomo, financiamento, armazenagem e comercialização tudo por aqui. (UBATÁ).

Olha, dos serviços da cooperativa eu procuro utilizar todos os serviços dela, comercialização, a parte de laboratório, telefonia, de planos de saúde, enfim, eu considero que eu sou um cooperado que participo bem das ações da cooperativa, porque naquilo que ela tem para oferecer, eu sempre procuro trazer para minha sociedade também, então, todos os setores aí, a gente tenta participar e aproveitar os benefícios. (MUNDO NOVO).

Esse diálogo entre as pesquisas proporciona, até o momento, o entendimento de que os associados compreendem de forma sedimentada o caráter econômico da cooperativa, definindo-a como protagonista do desenvolvimento econômico, representado no aumento da produção e da renda de seus cooperados através dos serviços oferecidos, formação e distribuição de resultados.

O que diferencia a atual pesquisa da outra investigação documental utilizada, de 2009, é o caráter teórico-metodológico. Fica evidente diante dos posicionamentos dos sujeitos que a visão ou vivência cooperativista para eles, perpassa pelo potencial comercial que o empreendimento cooperativo proporciona, trazendo certa proteção ao produtor mediante as exigências mercadológicas do sistema capitalista. Entendendo assim, que a característica da cooperativa mais valorizada é a de facilitadora comercial, a intermediadora que dá acesso a esse mercado.

A presente pesquisa apresenta a realidade vivida pelas cooperativas e pretende chamar a atenção de profissionais e leitores para dicotomia existente entre a teoria e a prática, procurando propor uma reflexão de que a vivência da filosofia cooperativista como práxis, pode possibilitar uma ampliação de visão de mundo, uma compreensão de valores sociais, como: cidadania, educação e consciência coletiva, principalmente, através do fortalecimento sociocultural de instituição fundante socialmente, como as famílias.

Sendo assim, um profissional do Serviço Social com boas condições de trabalho pode utilizar dessa filosofia ou movimento social para o desenvolvimento e

mobilização de trabalhos coletivos e auto gestionários junto aos atores sociais participantes dos seus grupos de trabalho.

## **CAPÍTULO 2 FAMÍLIA**

*“Apoiar as famílias na construção e desenvolvimento de seu potencial amplia a autonomia e melhora a qualidade das interações no contexto familiar, o que pode culminar com o sucesso educativo”.*  
(SESCOOP, 2013, p.45).

## **2.1 Família: breves considerações**

A família é o contexto relacional e afetivo onde o ser humano se desenvolve e constrói sua identidade. Nela se estruturam e organizam relações de gênero, de geração e de formas de interação, as quais serão desenvolvidas à medida que as crianças forem ampliando suas relações sociais. (SESCOOP, 2013, p.45).

A família, como uma instituição social, passou por profundas transformações, mostrando que é sempre mutável, apresentando-se dinâmica em formas diferentes para responder às necessidades sociais.

Por essa razão, foi escolhido esse núcleo social para se explicar como são compostas as relações sociais na atualidade, influenciado pelo sistema econômico e social em que se vive: o capitalismo.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 1984, p.830 apud BRANT, 2014, p.18).

A família, como produtora e reprodutora do modo de vida instituído pelo sistema capitalista, é entidade de consumo e formadora de força de trabalho.

O capitalismo organiza a produção material e incide na reprodução social e o pensamento reproduzido está inteiramente ligado à atividade material voltada para o estímulo ao consumo. Esse conjunto de ideias e valores instituído pelo capital<sup>10</sup> exerce um papel importante na sociedade, pois através dele se reproduzem novos

---

<sup>10</sup>Capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade. O capital é a soma dos meios de produção convertidos em capital. É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma parte da sociedade, os produtores, e as condições de exercício da força de trabalho substantivas frente à força de trabalho viva e a que este antagonismo personifica como capital (IAMAMOTO, 2003 apud ARAUJO, 2014, p. 79).

valores e normas que tomam forma nas condições de existência das pessoas como alimentação, vestuário, saúde, moradia, lazer e educação.

### 2.1.2 Família e trabalho na sociabilidade capitalista

Se há contradição, há espaço de luta e resistência e a possibilidade da superação e, se o final do século XIX e o início do século XX são palco do avanço avassalador do modo de produção capitalista, as estratégias e a resistência da classe trabalhadora e suas lutas também assumem importante papel nesse período. A acirrada relação capital e trabalho é radicalizada e sua contradição se torna cada vez mais evidente, o que proporciona significativos espaços de luta da classe trabalhadora, avanço das políticas sociais, ainda que também – ao mesmo tempo – o aprimoramento do desenvolvimento do modo de produção capitalista. (BRANT, 2014, p.23).

As transformações trazidas pelo modo de produção capitalista, principalmente nos séculos XVIII e XIX com a Revolução Industrial, influíram diretamente nas visões de espaço (público e privado) e gênero e, nos núcleos familiares.

O capitalismo nutrido pelo domínio industrial, no início do século XX, intensificou a busca de mercado por mão-de-obra barata, gerando uma mudança no modo de vida das famílias. Essa demanda levou as mulheres para o espaço público, para o trabalho fora de casa, que antes era predominantemente masculino.

Com essas mudanças, a mulher pôde encontrar posição no mercado, contudo continuou sendo a mantenedora do lar, conciliando tanto o espaço público como o privado. Além disso, o trabalho feminino recentemente tem conquistado mais espaço no mercado, embora as condições entre homens e mulheres não sejam equivalentes, dado que os cargos e salários na maioria das vezes são inferiores para as mulheres (BARBOSA, 2010).

De fato, a família, como realidade histórica, cujas funções e papeis se relacionam a processos sociais, econômicos e culturais, ocupa um papel central na reprodução social. A família, portanto, participa da reprodução da força de trabalho, tanto do ponto de vista material quanto ideológico. Cumpre papeis no âmbito da socialização e educação das crianças e funciona como importante anteparo assistencial no caso de doenças, velhice e das circunstâncias adversas relacionadas ao trabalho. As formas de inserção no mercado de trabalho definem, em grande parte, as condições de vida das famílias e demarcam as fronteiras de inserção social. (ALENCAR, 2010, p.134).

As mudanças ocasionadas no cotidiano familiar nessa transição histórica, principalmente na sociedade brasileira, igualmente podem ser explicadas pela

substancial queda de fecundidade das famílias, com poucos laços colaterais de parentesco, pela contratação de casamento tardio, pelo aumento significativo de famílias monoparentais e outros aspectos muito contemporâneos como a falta de tempo e o individualismo, que influenciam sobremaneira o convívio familiar.

A influência do mundo do trabalho nas famílias teve papel preponderante no desenvolvimento e mudanças assinaladas acima. O fato de a precarização do trabalho atingir tanto homens como mulheres é indiscutível. Entretanto, nos últimos tempos, o trabalho feminino tem sido empregado pelo sistema capitalista como uma das estratégias para o aumento de seus lucros. A reestruturação produtiva e as suas conseqüentes mudanças são pouco analisadas em relação ao gênero e suas diferenças.

O novo modelo de flexibilização para as mulheres, passa pela utilização intensiva de formas de emprego precárias, como contratos de curta duração, empregos por tempo parcial e/ou trabalho em domicílio. As diferenças de gênero foram e continuam sendo apropriadas pelo mercado de trabalho de diversas maneiras, como as terceirizações, subcontratações, empregos temporários e, nesse contexto, o papel da mulher, além de mudar a própria organização do trabalho, tem um sentido estruturador muito importante para o capitalismo. Ressaltando a importância da divisão sexual do trabalho nesse processo. (BARBOSA, 2010)

[...] essa “conciliação” (maternidade e emprego) na verdade oculta as novas modalidades da divisão sexual do trabalho resultante do processo de flexibilização e precarização do trabalho. Ao mesmo tempo em que a força de trabalho se feminizou, com a explosão do trabalho em tempo parcial, constata-se que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações de gênero, por meio das novas formas de gestão do tempo e do espaço do trabalho, fortemente segmentado por sexo. (ALENCAR, 2010, p.102).

O capitalismo se apropriou dessa organização, ou seja, segundo os padrões preestabelecidos socialmente, a mulher tinha o dever moral de ficar em casa cuidando dos filhos e de garantir a constituição da família, além do determinismo biológico que prega que a mulher é mais fraca, sexo frágil, naturalizando tal divisão.

O fato de a mulher ter saído de seu “lugar natural” - o lar - mais um clichê da ordem posta, não foi visto de forma positiva, de partilha na renda familiar. Pelo contrário, as mulheres eram culpabilizadas pelas altas taxas de mortalidade infantil

da época, pois não cuidavam “direito” de seus filhos e degradavam moralmente a família.

Vale lembrar que somente as mulheres de classes baixas foram inseridas no mundo do trabalho e, as desigualdades sociais e de gênero, facilitaram os abusos como aumento da jornada de trabalho, inserção de crianças, salários mais baixos que os masculinos, pois o rápido processo de acumulação era insuficiente em relação a mais valia relativa – obtida através do investimento tecnológico.

Historicamente, com a separação do âmbito da produção e da reprodução social, com a emergência da família nuclear burguesa e da sociedade de mercado, percebemos os dois lados da mesma moeda: o trabalho remunerado das mulheres foi assentado de forma subalterna, ao mesmo tempo em que o trabalho não remunerado ficou invisível. Em outras palavras, o jogo da dependência e da autonomia nas esferas da produção e da reprodução social é permanente e atravessa a estrutura dos sistemas salarial e de bem-estar. (ALENCAR, 2010, p.99).

A organização da vida social tem como eixo fundante o trabalho, que é a base material que dá ao ser humano as condições e meios para a sobrevivência. Tal consideração remete a família como organização social elementar para o desenvolvimento e sobrevivência humana.

Marx (1859, on-line), no prefácio de sua obra “Para a Crítica da Economia Política”, apresenta duas estruturas que regem as relações sociais:

[...] na produção social da vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem determinadas formas de consciência social.

A reflexão sobre a realidade social leva a identificar essas estruturas teórico-metodológicas no cotidiano, sendo a atividade humana, (trabalho) a base material, ou seja, a infraestrutura responsável pelo controle e reprodução das forças produtivas e dos meios de produção. Já a organização para sobrevivência fica a cargo de uma denominada superestrutura político-jurídica e acrescenta-se ideológica, transmissora de valores morais e éticos determinados pelo modo de produção.

Por esse olhar, nesse momento histórico, o modo capitalista de produção, “[...] é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência.” (MARX, 1859, on-line).

O processo de produção da vida se configura através das múltiplas relações existentes no complexo social, determinadas pelas diversas expressões desta ordem social como as manifestações da questão social.

O ser humano (ser social) no processo de reprodução se desdobra em dimensões como biológica (alimentação, saúde, abrigo) e social (família, educação e meio de comunicação). Tal reprodução está sustentada na produção da base econômica responsável pela divisão social e técnica do trabalho, classe social e gênero.

A família é a instituição social intermediadora do movimento ao qual se refere como produção e reprodução social, pois é no interior da família onde se dá a produção da vida social, bem como da primeira consciência do indivíduo.

Segundo o autor Mauro Iasi (2007, p.14):

[...] a consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza.

Portanto, a instituição familiar inserida em determinado momento histórico, influenciada pelas relações sociais existentes, introduzirá o indivíduo em formação às suas primeiras relações a serem vividas, sendo de fundamental importância para a formação da primeira consciência de seu membro.

A primazia da influência familiar na formação da personalidade do sujeito não homogeneiza a construção da consciência, pois além da família há outras relações estabelecidas pelo indivíduo, como: escola, trabalho e relacionamentos interpessoais, que podem reforçar a influência familiar, bem como acrescentar ou reverter características constituídas. Todavia, o mais comum é a naturalização dos valores trazidos pela família, mesmo o indivíduo tornando-se cada vez menos dependente. A consciência já está “preestabelecida” na família, na escola de educação bancária, sem questionamentos. Bem como no trabalho, onde

[...] o capital determina o como, o quando e o que fazer, [...] essa primeira manifestação de consciência, o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado, generalizando-o. Tomando a parte pelo todo, a consciência expressa-se como alienação.” (IASI, 2007, p.20).

O caminho pelo qual o indivíduo busca construir sua própria maneira de ver o mundo, considerando ser uma conquista pessoal não mais sobre os moldes familiares, está permeado intrinsecamente por forças ideológicas dominantes. Dessa forma, nutre no sujeito uma visão acrítica do sistema econômico-político e social ao qual pertence que naturaliza a realidade, desvalorizando o movimento histórico social.

Essa trajetória individual de descoberta para o sujeito, empenhada pelo capital, leva-o a se deparar com as diversas contradições do mundo capitalista, trazendo para o mesmo um conflito subjetivo que ainda não inspira a superação da alienação, embora provoque no sujeito um estado de revolta. Como por exemplo, o indivíduo que trabalha impulsionado ideologicamente a alcançar tudo o que pretende e, o máximo que consegue, é o mínimo para a sua sobrevivência, restando-lhe um sentimento de fracasso e possível entrega à ansiedade e à depressão:

A sociedade capitalista, por mais hipócrita que isso possa parecer, se autoproclama a sociedade da harmonia. O indivíduo em conflito é isolado como se não expressasse uma contradição, mais que isso, o culpado por sua existência. Enquanto isso, o alienado recebe o rótulo de “normal”. (IASI, 2007, p. 37).

Como se pode observar, a família é uma das instituições que mais sofre as mudanças ocorridas na sociedade e, principalmente as mudanças dos meandros do mundo do trabalho. Essa instituição social é a responsável pela sociabilização do indivíduo e, por esse motivo, está envolvida por todas as manifestações sociais que incidem em sua realidade concreta. Dessa maneira, destaca-se a relação entre a família, como reprodutora da ideologia estabelecida, e o processo de formação de consciência do sujeito.

Essas reflexões auxiliam na compreensão da organização interna das configurações familiares contemporâneas. Como já destacado em várias oportunidades, a família é uma instituição socialmente construída, dinâmica e dialética. Portanto, acompanha as mudanças da vida social e, o grande marco deste

momento histórico, a Revolução Burguesa, introduziu e reafirma, até na atualidade, seus valores e princípios.

Pois bem, a disseminação dos valores burgueses de comportamento, acumulação de capital, individualismo, consumo exacerbado, dentre outros, reflete diretamente na maneira da família organizar-se socialmente, ou seja, muda-se a forma de ser família.

Marx (2009) referindo-se à sociedade capitalista como a pré-história da humanidade disse que bem antes de ordem societária, a instituição familiar se organizava de diversas formas, passando pela era do poder materno, pela criação dos filhos em comunidade e pelo poder paterno (*pátrio poder*).

Não obstante a resistência de alguns grupos sociais que mantinham as formas anteriores de organização, chegou-se ao núcleo familiar que era regido pelo aspecto privado, pelo *pátrio poder* (poder paterno), pelo controle de herança e pela monogamia feminina, subsidiada pelos fatores econômicos.

Usando a família como grande aliada, a burguesia foi legitimando seus valores e princípios, moldando a sociedade de maneira a produzir e reproduzir o sistema, buscando sempre o fortalecimento desse ciclo.

Uma interessante reflexão a se fazer em relação às famílias é que, embora a força ideológica molde as pessoas a formarem núcleos familiares tradicionais (pai, mãe e filhos), sempre existiram diversas maneiras de ser família. Em outras palavras, durante todo o tempo de desenvolvimento social existiram várias configurações familiares, ainda que a sociedade capitalista tenha transformado a família nuclear burguesa num produto fetichizado, no sonho de consumo dos sujeitos, na família ideal (um desejo transformado em necessidade) *versus* família real (BARBOSA, 2010).

Pode-se notar que, mesmo na contemporaneidade, esse desejo ainda está intrínseco ao ideário social. É importante esclarecer que não existe um posicionamento desfavorável ao núcleo familiar chamado burguês; pelo contrário, o que existe é a tentativa de explicar e compreender como a ideologia dominante nesse contexto histórico utiliza da instituição social a qual, em um primeiro momento, está mais próxima do ser humano e da sua formação como ser social.

Na contemporaneidade, coexistem com a família nuclear, que ainda é predominante, diversas configurações familiares como as destacadas: casal com ou sem filhos; monoparentais femininas ou masculinas – provedor (a) e os filhos;

reconstituídas, ou seja, famílias constituídas por pessoas conviventes, com ou sem laços de parentesco, ou também, casamentos de 2ª ou 3ª união onde os filhos dos cônjuges não têm vínculos consanguíneos e vivem juntos; família ampliada, aquela em que há combinações de parentes, por exemplo, a presença de avós, primos, sobrinhos juntamente com a família nuclear; avós com netos; a família unipessoal - pessoas que moram sozinhas; e a família homoafetiva, com ou sem filhos (JOSÉ FILHO, 2002).

A constituição desses diversos tipos de família é consequência certamente da relação estabelecida entre a infraestrutura e superestrutura, ou seja, base material e relações sociais, dentre outros fatores.

As várias e contínuas mudanças no mundo do trabalho como: a inserção maciça da mulher no mercado, a formação profissional, bem como os avanços no campo da medicina, como métodos anticonceptivos, evolução genética, as lutas por direitos iguais para as mulheres, saindo da subjugação, quebrando paradigmas entre o espaço público e privado e outros conjuntos de fatores, contribuíram para a mudança do cenário social.

A família na atualidade pode ser entendida como espaço de sobrevivência e afeto, independente da consanguidade. Essa instituição atua com legitimadora da ordem estabelecida, todavia pode ser um importante instrumento contra formas hegemônicas de vida. Pois a instituição familiar é construtora de sujeitos históricos, sendo também agente fomentador de sujeitos coletivos (BARBOSA, 2010).

Por exemplo, uma família na sua singularidade reflete sobre um direito que está sendo violado na escola dos filhos; junta-se a outras famílias que fizeram a mesma reflexão. Organizam-se por suas particularidades e se unem em favor do direito universal que é a Educação ou para se posicionarem a respeito das posturas da escola.

A família é o espaço privilegiado para a socialização, divisão de responsabilidades, prática de tolerância, busca da sobrevivência, lugar inicial para o exercício da cidadania e base de conhecimento sobre igualdade, respeito, direitos e deveres dentro da sociedade. (JOSÉ FILHO, 2007, p.83).

É um espaço intermediador e formador de sujeitos coletivos que também podem ter no modo de vida cooperativista um caminho para o desenvolvimento coletivo econômico, social e cultural.

### 2.1.3 Família e o cotidiano

Na sociedade capitalista, o espaço familiar é responsável pela produção da força de trabalho, bem como pela sua reprodução e manutenção. Nesse sentido, nutre o sistema através da reprodução biológica (valor de uso) e da produção de força de trabalho (valor de troca). Devido à importância que a família ocupa no processo de produção e reprodução da vida social, a forma de inserção dessa instituição no mercado de trabalho delimita as condições de vida de cada núcleo familiar.

Os papéis e funções da família estão relacionados aos processos de formação ideológica e política, engendrados nos âmbitos sociais, econômicos e culturais.

A família reprodutora e veiculadora dos hábitos burgueses se constituiu como um modelo garantidor dos valores éticos, morais e materiais. O modelo nuclear burguês se dissemina no Brasil, em meio às contradições da lógica de contração e violação de direitos e, as necessidades sociais são tratadas como questões privadas.

Em outras palavras, grande parte das mazelas sociais é tratada como problemas que dizem respeito ao indivíduo e não ao Estado e à sociedade:

A história, portanto, é a substância da sociedade. Mas a sociedade é sempre um complexo determinado, com um método de produção determinado, apresentando ainda classes, camadas, formas mentais e alternativas igualmente determinadas. Essas classes, camadas, formas mentais e alternativas são meramente portadoras de um conteúdo axiológico, ou uma possibilidade axiológica relativa. (HELLER, 2008, p.24).

Num cenário de implantação de uma base urbano-industrial brasileira, as forças dominantes conduziam a sociedade para uma reorganização e redefinição do cotidiano social, o que igualmente alimentou algumas formas de resistência. Nesse momento, na década de 30 do século XX, caminhava-se para uma transformação socioeconômica e do trabalho através de novas práticas e regimentos sociais. A constituição dessas novas atividades moldava a sociedade a que se desejava.

A vida social cotidiana é marcada por características pré-estabelecidas que perpassam e condicionam o processo de formação ideológica. Segundo Agnes Heller (2008), para se produzir trabalhadores com perfis para a indústria emergente,

destes precisam de algumas características: heterogênea, hierárquica, espontânea, economicista, ultragenérica, dentre outras.

O conhecimento dessas características é necessário para a análise dos perfis dos trabalhadores.

A autora descreve cada uma delas: a heterogênea, movimenta simultaneamente diversas habilidades do sujeito de maneira superficial; a hierárquica, que caracteriza as prioridades e estabelece o que deve ser cumprido fundamentalmente; a espontânea, respostas imediatas para demandas dos sujeitos; a economicista, unida à reprodução biológica, física do indivíduo; ultragenérica, a naturalização dos fatos da realidade, cristalização de juízos provisórios, leia-se, preconceitos; contemplando também, as características como entonação, imitação e ritmo (HELLER, 2008).

Com o intuito de transformar os indivíduos em trabalhadores semiqualeificados, considerando a complexidade da estrutura da vida cotidiana, desenvolvem-se estratégias para padronização das classes que vivem do trabalho, no sentido de obter o apoio ou consentimento delas nos diversos espaços sociais, como: trabalho, lazer, lar, igreja. E esse processo se dá através da construção das bases do senso comum, que implicam em:

- Relações pré-estabelecidas (estrutura familiar, educação bancária);
- Parte pelo todo (visão fragmentada da realidade);
- Naturalização (a teoria do ...sempre foi assim, .... sempre será);
- Necessidade (outro);
- A dicotomia do desejo *versus* sobrevivência;
- Reprodução. (econômica e social) (IASI, 2007).

Essa estratégia transforma o indivíduo em a-sujeitado, um ser dominado, sem senso crítico, insuficiente de um olhar que vá além da aparência dos fenômenos. As características da vida cotidiana continuam, mas a consciência da realidade se disciplina, se uniformiza.

Assim, a ideologia – que são formas de consciência utilizadas politicamente como forma de domínio – encontra correspondência nas bases do senso comum que são a sustentação da ideologia dominante.

A família torna-se fundamental para a ordem social e para a transmissão e manutenção de sua moral e, também para a reprodução da estrutura capaz de suprir todas as necessidades de um lar, onde, moralmente, o pai/homem/trabalhador é o provedor, ponto de equilíbrio (família e trabalho) e a mãe/esposa/cuidadora, responsável pela administração doméstica. Vale ressaltar que a mulher também se responsabilizava pelo provimento e, muitas vezes, sozinha. Tem-se então, os espaços públicos e privados determinados, com funções pré-estabelecidas.

## **CAPÍTULO 3 COOPERATIVISMO**

### 3.1 Cooperativismo: breve histórico

A Revolução Industrial é “[...] nome que se dá às mudanças radicais no modo de viver e de produzir mercadorias iniciadas na segunda metade do século XVIII.” (BOULOS JÚNIOR, 2003, p.195). Compõe-se dos diferentes estágios do modo de produção capitalista chamados de manufatura, maquinofatura, capitalismo mercantil até a configuração do capitalismo que se vive na atualidade.

Na idade média, a produção de mercadorias, como por exemplo, o artesanato, era realizado quase sempre por uma pessoa que criava as peças, preparava a matéria-prima, cortava, costurava, colava e dava o acabamento. O artesão era o proprietário da matéria-prima e das ferramentas, tinha um ou dois auxiliares, mas conhecia todas as fases da produção. Via de regra, trabalhava em casa e decidia a hora que ia trabalhar, ou seja, tinha o controle sobre o tempo vertido para a produção e o produto era dele.

O crescimento da população europeia e a colonização da América, África e Ásia impulsionaram os comerciantes também a produzir mercadorias. Os que tinham mais posses reuniam homens, mulheres e crianças em grandes oficinas que trabalhavam até 18 horas diárias, habitavam moradias insalubres, pagavam certo valor ao trabalhador e cobravam preços altíssimos pelos bens de consumo que garantiam a sobrevivência como comida e vestuário.

Com o desenvolvimento de máquinas industriais, ocorreu uma mudança radical no modo de trabalhar e de viver. Cada máquina industrial substituiu várias ferramentas e realiza o trabalho de diversas pessoas. As pessoas foram deixando de trabalhar em casa, ou em oficinas, e passaram a trabalhar em fábricas para um patrão em troca de salários. (BOULOS JÚNIOR, 2003, p. 197).

A Revolução Industrial contribuiu para a solidificação do modo de produzir mercadorias baseado no trabalho assalariado e na obtenção de lucro. Nesse momento histórico, formaram-se os dois grupos sociais conhecidos por burguesia (donos dos meios de produção) e o operariado urbano (detentores da força de trabalho) (BOULOS JÚNIOR, 2003).

As produções em escala industrial aumentaram e definiram a divisão do trabalho. Antes, o trabalhador conhecia todas as etapas da produção. A partir desse

instante, cada operário passa a desempenhar uma tarefa específica da produção, perdendo o controle e o conhecimento do processo de trabalho na sua totalidade.

A organização para o desenvolvimento econômico e social no âmbito do capitalismo chamado de “Cooperativismo” surgiu em meados de 1843, quando trabalhadores da cidade de Rochdale, na Inglaterra, uniram-se para pensar numa maneira de emancipação da situação degradante e miserável a qual se encontravam:

Reuniram-se 28 pessoas, a maioria tecelões. Discutiram, analisaram e avaliaram as ideias. Respeitaram os costumes e as tradições e estabeleceram normas e metas para a organização de uma cooperativa. Após um ano de luta acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo em Rochdale (Inglaterra), em 21-12-1844, com o nome “Rochdale Society of Equitable Pionners”, ou seja: “Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos”. (GAWLAK , 2007, p. 18).

Meses depois, em 1844, o grupo construiu um armazém cooperativo onde dispunha aos seus associados pequenas quantidades de açúcar, aveia, manteiga, farinha de trigo, fumo e chá.

Os vizinhos e as pessoas próximas dos trabalhadores-cooperados não acreditavam na prosperidade do empreendimento, pois era algo muito diferente do sistema tradicional arraigado. Todavia, a cooperativa de Rochdale foi se desenvolvendo e aumentou o número de sócios e do investimento no negócio da cooperativa.

Os objetivos dos Pioneiros de Rochdale eram grandiosos. Apesar dos poucos recursos, eram divulgados em conjunto com os seus Estatutos Sociais, em resumo:

1º) formação de um capital para a emancipação do proletariado, mediante poupanças realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; 2º) construção de casas para oferecer alojamento a preço de custo; 3º) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir diretamente e de modo econômico tudo que fosse indispensável às necessidades da classe operária, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebessem baixos salários; 4º) educação e luta contra o alcoolismo; 5º) cooperação integral, isto é, criação paulatina de pequenos núcleos, nos quais a produção e a repartição seriam reorganizadas, e multiplicação desses núcleos através da propaganda e do exemplo. (PINHO, 2004, p.261).

Os Estatutos Sociais dos cooperativistas de Rochdale anotavam os princípios que estruturam e ditam o funcionamento das cooperativas até hoje, pois fundamentam a doutrina cooperativista no mundo.

Como doutrina, o Cooperativismo surgiu em oposição às consequências do liberalismo econômico, sobretudo na Inglaterra e na França. Mais tarde, reagiu a outros sistemas econômicos que se instalaram em diversos países, embasados em crescente intervencionismo estatal. Propõe-se não somente a corrigir o meio econômico-social, como também a prestação de serviços. Para realizar tais fins, o meio utilizado é a reunião de pessoas em cooperativas. (PINHO, 2004, p.137).

O Cooperativismo, no que tange à sua doutrina, defendia que a produção deveria ser posta a serviço do consumidor e não do produtor ou trabalhador. Para os cooperativistas, o indivíduo, “o consumidor” teria o direito de participar da gestão direta ou indireta dos meios de produção, pois ele também é, ao mesmo tempo, o produtor e trabalhador responsável pela satisfação das necessidades.

Seriam três etapas principais para se atingir a “República Cooperativa” ou “democracia Econômica”: na primeira etapa seriam formadas cooperativas de consumo, abolindo o lucro ou qualquer aumento sobre o custo de produção, a fim de se obter o “justo preço”; na segunda etapa, seriam formadas cooperativas de produção industrial, com os fundos necessários acumulados pelas cooperativas de consumo; na terceira etapa, seriam implantadas cooperativas de produção agrícola. Tanto nas cooperativas de produção industrial como nas cooperativas agrícolas, os associados seriam os donos e autogestores, eliminando-se, portanto, o assalariado. (PINHO, 2004, p.137).

Conforme esse plano processual de reforma econômica, o consumidor iria formando cooperativas, sempre de acordo com os princípios dos Pioneiros de Rochdale.

As regras e normas estabelecidas pelos tecelões, em 1844, inspiram as sociedades cooperativistas até na atualidade. Os Pioneiros modificaram sua redação em 1854 e depois, bem mais tarde, as normas e regras de funcionamento das cooperativas receberam outras alterações nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1937 (Paris) e em 1966 (Viena).

### 3.1.2 Cooperativismo no Mundo

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi criada em 1895, na capital da Inglaterra, Londres. A instituição foi constituída para preservar e dar continuidade aos feitos dos Pioneiros de Rochdale. Atualmente, sua sede está situada em Genebra, na Suíça.

O trabalho da ACI consiste em quatro objetivos principais: influenciar cooperativamente sobre as políticas governamentais e legislações nacionais; contribuir para o desenvolvimento institucional das cooperativas em nível nacional, articulando a criação de organizações nacionais para orientação das cooperativas; e centrar-se na ampliação do cooperativismo com foco no desenvolvimento das pessoas e mobilizar recursos, estimulando agências fomentadoras que deem suporte e assistências às cooperativas (PINHO, 2004).

Os objetivos da Aliança têm bases idealistas e pragmáticas que buscam a solidariedade, disseminando a ideia de união das comunidades mundiais para a prática do cooperativismo, bem como a preservação do conceito rochdaleano de uma sociedade democrática e aberta; essa Sociedade tem o intento de prestar serviços aos seus associados e, através da união e cooperação, conter a perversa e desenfreada concorrência capitalista.

A ACI é dividida em quatro representações: ACI-Américas, ACI-África, ACI-Ásia e ACI-Europa. Dessa maneira, o cooperativismo é representado e mantém seus princípios preservados em todas as partes do mundo. As entidades nacionais estão ligadas diretamente à organização internacional. É importante lembrar que o movimento cooperativista foi representado pela ACI como uma das primeiras organizações não governamentais a ter acento no Conselho da Organização das Nações Unidas (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, on-line).

### 3.1.3 Cooperativismo no Brasil

No Brasil, a cultura de cooperação teve seus marcos desde o período colonial português; entretanto, foi incipiente e diminuta no período escravista. De um modo geral, as experiências brasileiras de cooperação compartilharam a necessidade da liberdade política e econômica das organizações de produção e trabalho. Tais

vivências foram marcadas por um idealismo religioso e por utopias associativistas ligadas às práticas capitalistas.

Diva Pinho (2004, p.15) realizou uma prospecção cronológica sobre as experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas:

- 1530/40 – Movimentos messiânicos sebastianistas, originários de Portugal, com algum conteúdo de cooperativismo comunitário integral.
- 1600 – 1695 – República de Palmeiras, instalada na parte superior do Rio São Francisco, formava um conjunto de comunidades. Inicialmente atraiu escravos de grandes engenhos de açúcar de Pernambuco; depois, vieram escravos de outras regiões, índios, mamelucos, mulatos e brancos, compondo uma população estimada entre 20 e 30 mil pessoas, em uma área de 350 quilômetros. Praticavam a solidariedade e a democracia; usavam a terra como propriedade coletiva. Seus últimos e principais líderes foram Canga Zumba e Zumbi. A experiência durou quase um século. Foi desmantelada depois de resistir a cerca de 40 expedições da administração colonial, comandadas por alguns de seus melhores chefes militares.
- 1610 – Rio Grande do Sul – primeiras reduções jesuítas no Brasil. Segundo alguns estudiosos, iniciava-se a construção de um Estado Cooperativo em bases integrais.

Além de apresentar outros movimentos de caráter comunitário, solidário e cooperativo ao longo dos séculos XVII e XVIII, a autora concede especial atenção à abolição da escravatura no Brasil e à legislação republicana apoiada na Constituição de 1891. Esses foram fatores que abriram possibilidades ao cooperativismo, uma vez que asseguraram a liberdade de associação.

Assim, ao final do século XIX começaram a surgir cooperativas oficializadas nas regiões sul e sudeste nos ramos de consumo (produtos diversos), agrícola e crédito rural entre imigrantes europeus e asiáticos, que cooperavam uns com os outros, buscando forças para o enfrentamento das dificuldades em solo estrangeiro.

A história oficial do cooperativismo no Brasil indica a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, como a cooperativa mais antiga que se tem notícia no país.

É a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo, para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, mas prevendo sua expansão em caixa de auxílio e socorro, na construção de casas para alugar ou vender aos sócios, além de outras atividades, muitos semelhantes aos termos da Carta de Princípios, divulgada pelos Pioneiros de Rochdale quando fundaram sua cooperativa de consumo, mas que nunca passou de um grande ideal. (PINHO, 2004, p.13).

No entanto, o que se pode observar é que o modelo cooperativo se faz e refaz em momentos de crise. É uma organização econômica que une as pessoas para o embate contra as adversidades que as afligem. Como exemplo disso, destaca-se o episódio da crise de 1929 e seus reflexos no Brasil, na década de 1930.

Essa crise chamada de a “Grande Depressão” e a crise do café fizeram com que o governo Vargas estimulasse a criação de cooperativas e assim, surgiu a primeira lei brasileira que regulamentava e fiscalizava esse tipo de organização social.

Em 1950, as cooperativas acompanharam o desenvolvimentismo estabelecido pelo governo de Juscelino Kubitschek; com isso, novas sociedades cooperativistas nasceram e o movimento cooperativista se fortaleceu. Com o golpe militar, em 1964, os militares incentivaram as cooperativas agrícolas como questão de segurança alimentar.

No início da década de 70, o cooperativismo se unificou na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em 1971, foi promulgada a Lei 5.764 que, dentre outras regras, exigia que todas as cooperativas se registrassem previamente no Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC). Apesar disso, a lei reconheceu a OCB como representante do movimento no País e definiu as relações entre os cooperados e a cooperativa, no chamado Ato Cooperativo. Com o fim da ditadura militar e a promulgação da nova Constituição, em 1988, o cooperativismo se livrou do controle estatal, iniciando a autogestão (OCESP, on-line).

De 1971 a 1987 o cooperativismo unificou-se, fortaleceu-se e renovou-se pelo marco legal, estrutural e institucional. Na década de 1990, as cooperativas sofrem os abalos provocados pelas crises de mercado e interferências do Estado. Todavia mantiveram seu desenvolvimento articulando as organizações, fomentando os empreendimentos cooperativos e buscando novos conhecimentos de caráter autogestionário e associativo, a partir da teoria-prática, a fim de beneficiar segmentos sociais de baixo poder aquisitivo (PINHO, 2004).

Nos anos 2000, o cooperativismo brasileiro intensificou sua representação internacional, fortalecendo-se especialmente na ACI e ACI-Américas. O avanço das cooperativas de crédito nesse período foi bastante significativo, bem como a criação junto a OCB do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e a formação de uma rede de Sescoop’s estaduais em conjunto às Organizações das

Cooperativas Estaduais (OCE). Emergia também a vertente cooperativista de economia solidária, paralela ao sistema OCB.

Atualmente o cooperativismo tradicional está cada vez mais organizado pelo viés empresarial e de mercado, com instituições competitivas e bem estruturadas administrativamente, nos padrões capitalistas.

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes.

Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade. (OCB, 2011, on-line)

Não obstante à filosofia que o movimento propõe, essas organizações se estruturam sobre bases capitalistas, tentando estabelecer um desenvolvimento econômico e social humanizado e não diverso ao capitalismo. Assim, nesse caminho, cresce e desenvolve outra forma de sobrevivência e/ou adequação ao sistema capitalista de forma mais humanizada.

#### 3.1.4 O empreendimento cooperativo

A Política Nacional de Cooperativismo no Brasil foi sancionada em 16 de dezembro de 1971, Lei nº 5.764 (BRASIL, 1971, on-line).

Desde então, o sistema cooperativo é regido juridicamente no país e compreende as sociedades cooperativas como um contrato de pessoas que se comprometem a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de utilidade comum, sem objetivo de lucro.

O artigo 4º da Lei define as cooperativas e suas características: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.” (BRASIL, 1971, on-line).

As características garantidas na lei seguem a diretrizes Rocherianas (os pioneiros ingleses), que estabelecem os seguintes princípios norteadores do cooperativismo:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - intransmissibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade. (BRASIL, 1971, on-line).

Na empresa mercantil, a sociedade é de capital, o número de acionistas pode ser limitado ou ilimitado pelo número de ações capitais e as quotas-partes podem ser comercializadas a terceiros.

- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. (BRASIL, 1971, on-line).

Na empresa capitalista cada ação representa um voto; assim, um sócio pode ter várias ações e a assembleia é baseada no capital. Também é permitida a transferência de ações para terceiros e o lucro é proporcional ao número de ações.

- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971, on-line).

Por fim, o principal objetivo de uma empresa capitalista é o lucro, enquanto o da cooperativa é a “prestação de serviço” ao cooperado.

Para um dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, uma cooperativa:

É o meu ponto de apoio, me auxilia demais pra eu tocar meu negócio. Então, a cooperativa em si pra mim é muito importante. (MUNDO NOVO).

Catuaí assim se refere a esta questão:

Deveria fomentar isso, eu sei que na origem do cooperativismo e não pode ter fins lucrativos, mas uma cooperativa que não tem lucro não se sustenta, no entanto, acho que esse não deveria ser o foco principal, mas muitas vezes a gente percebe que isso acontece. Eu acho que isso seria uma crítica à cooperativa. A cooperativa tem que trabalhar mesmo para que a gente consiga melhorar nosso negócio e com isso ela também, porque eu acho que tendo um cooperado forte, a cooperativa automaticamente fica forte também. (CATUAÍ).

Assim, para Catuaí, a que buscar um equilíbrio entre prestação de serviço e lucro para a sobrevivência da entidade cooperativista, pois através da manutenção de uma margem de ganho da cooperativa possibilitará melhores condições para os negócios de seus cooperados, contudo, tal mais-valia não deve ser o foco da cooperativa.

Acaí explicou a partir do seu olhar a diferença entre cooperativa e cooperativismo:

A cooperativa... são duas coisas diferentes o cooperativismo de cooperativa, que às vezes confundi a gente, o cooperativismo é a ideia e a cooperativa é a instituição, então, às vezes a gente não dá o valor devido tanto pra uma como pra outra, a cooperativa também é uma saída que a gente tem, de estar sobressaindo na atividade que a gente exerce. (ACAÍÁ).

Pode-se observar que a compreensão dos conceitos pelo sujeito são superficiais, contudo, descrevem a vivência cotidiana do cooperado, vê na cooperativa o apoio para sua atividade rural e isso sobressai ademais compreensões.

Para Obatã:

Parceira da gente no serviço, ajuda em muitas coisas, na hora de comprar, comercializar meu produto, acaba sendo uma parceira.

O que se apreende do discurso dos sujeitos sobre suas definições de cooperativa, é que ela funciona como um ponto de segurança, como fomentadora e facilitadora do negócio cooperado. Assim, também, pôde-se observar claramente que a finalidade da cooperativa para alguns dos sujeitos perpassa a condicionalidade. Se a cooperativa não lhe beneficia, em conformidade com as suas necessidades individuais, há a possibilidade de crescer fora da cooperativa. Dito de outro modo, o que mantém o cooperado ligado à cooperativa são o lucro e as facilidades proporcionadas através dela.

A cooperativa é o cooperativismo vivido na prática, engendrado no cotidiano das pessoas envolvidas. A cultura cooperativista se efetiva na fidelização ou dependência comercial do cooperado com sua cooperativa.

Pode-se perceber na fala de Catuaí a influência do capital no desenvolvimento das cooperativas e do cooperativismo:

Eu acho que é um dos princípios e deveria ser dessa forma, no entanto, eu acho que quanto maior a cooperativa fica, mas empresarial ela vai se tornando, ela começa a se sentir obrigada a ter resultado muito positivos, isso prejudica esse outro lado, as iniciativas continuam, precisa fazer isso, mas acho que pelo tamanho, ela vai se tornando empresarial [...].

O cooperativismo é um modelo de desenvolvimento econômico e social que, a princípio, surgiu como uma reação ao capitalismo ou liberalismo ascendente na Revolução Industrial e, com o seu desenvolvimento, tornou-se um modo de sobrevivência ao capital exacerbado.

Contextualizando, o capitalismo é um sistema econômico que surgiu na Europa nos séculos XVI e XVII; segundo a leitura marxiana, o capitalismo tem como base o capital (dinheiro), a propriedade privada e o controle dos meios de produção, incluindo os trabalhadores de produzem os bens e serviços em troca de salários. Os proprietários do capital e meios de produção detêm o controle e os dividendos de tudo que é produzido, enquanto os trabalhadores que sempre produziram bens e serviços trocam sua força de trabalho e tempo por um salário (JOHNSON, 1997).

Já o liberalismo, estágio do desenvolvimento capitalista, teve seu surgimento no Iluminismo diante do conflito entre os empreendedores capitalistas e a aristocracia feudal; o liberalismo intensificou a ideia de encontrar o mercado livre e a liberdade do indivíduo. Essa forma de regulação econômica buscou nos governos a defesa dos direitos individuais contra os excessos do capitalismo de livre concorrência, controlando a competição destrutiva e perpetuando o capitalismo protegido pelos governos e limitando seus excessos (JOHNSON, 1997).

Talvez a organização econômica criada pelos pioneiros cooperativistas seja também um estágio de desenvolvimento do capitalismo, tanto por reunir nessa forma de vivência econômica social, maneiras de sobrevivência a sofisticação do capitalismo e de alguma forma dar ao trabalhador a possibilidade de, novamente ser o produtor de bens e serviços e não só, um prestador de serviço explorado pela lógica capitalista.

### 3.1.5 Ramos de atuação

As cooperativas são distribuídas em ramos, conforme sua atuação; são eles: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Transporte, Turismo e Lazer (GAWLAK, 2007, p. 33).

Esses ramos serão descritos para melhor compreensão da dimensão do movimento econômico cooperativista.

#### 3.1.5.1 *Agropecuário*

A cooperativa agropecuária é aquela onde o produtor rural é possuidor dos meios de produção e tem na instituição a função social do recebimento, armazenagem, comercialização, industrialização da produção dos associados, bem como a assistência técnica, educacional e social. Esse ramo proporciona a inserção do produto do cooperado no mercado sem intermediários, gerando resultados positivos para a cooperativa e, conseqüentemente, ao próprio associado (MARROQUIM, 2010).

A OCB apresenta os seguintes números: são 1.523 cooperativas, 969.541 associados e 155.896 empregos diretos; as exportações diretas, em 2010, ficaram na casa de US\$ 6,1 bilhões (OCB, on-line).

#### 3.1.5.2 *Consumo*

São cooperativas dedicadas à compra, em comum, de artigos de consumo para seus cooperados. Subdividem-se em fechadas e abertas. Fechadas são as que admitem como cooperados somente as pessoas ligadas a uma mesma instituição, sindicato ou profissão que, por sua vez, geralmente oferecem as dependências, instalações e recursos humanos necessários ao funcionamento da cooperativa. Isso pode resultar em menor autonomia da cooperativa, pois, muitas vezes, essas entidades interferem na sua administração. Abertas ou populares são as que admitem qualquer pessoa que queira a elas se associar (MARROQUIM, 2010).

Exemplos de cooperativas de consumo: Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Industrial de Conservas Alimentícias “Cica”

(Coopercica). O objetivo desse grupo era a aquisição de gêneros de primeira necessidade, com qualidade e em quantidades que proporcionassem melhores preços e condições de pagamento ou a facilidade de abastecimento aos seus associados, uma cooperativa de consumo classificada como fechada (cooperativa na qual somente os funcionários da “Cica” são).

O objetivo social de uma cooperativa de consumo é a defesa econômico-social dos seus associados, por meio de ajuda mútua e, para o cumprimento das suas finalidades, opera, basicamente, na aquisição de gêneros alimentícios, artigos de limpeza, uso pessoal e utilidades, fornecendo-os aos seus associados. O que diferencia a cooperativa de consumo de um supermercado ou similar é a importância do associado que, ao subscrever cotas de participação quando da sua admissão, assume o papel de associado da cooperativa. Portanto, na cooperativa de consumo, deixa de exercer apenas o papel de mero comprador, passando a colaborar com o seu resultado final. (COOPERCICA, on-line).

Sendo assim, quando essa cooperativa surgiu, apenas funcionários da indústria de alimentos poderiam se associar a ela, que adquiria bens de consumo em atacado e os comercializava a valores mais remunerativos, bem como oferecia outros benefícios e serviços aos seus associados. Um exemplo de cooperativa de consumo aberta é a Cooperativa de Consumo (Coop), uma das maiores cooperativas do Brasil. Iniciou também como uma cooperativa de um grupo de funcionários de uma indústria e hoje tem diversas unidades e milhares de cooperados.

Os números do ramo Consumo pela OCB (on-line) são: 120 cooperativas, 2.710.423 associados e 10.968 empregos diretos.

### *3.1.5.3 Crédito*

As cooperativas de crédito têm o objetivo de agenciar a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados, atuante no crédito rural e urbano. Em números, o ramo crédito se apresenta com 1.042 cooperativas, 5.487.098 associados e 4.579 empregos diretos (OCB, on-line).

#### 3.1.5.4 Educacional

Cooperativas de profissionais da educação, alunos, pais de alunos, empreendedores educacionais e de atividades afins.

O papel da cooperativa de ensino é garantir a existência da escola. A escola deve funcionar de acordo com a legislação em vigor, ser administrada por especialistas contratados e orientada por um conselho pedagógico, constituído por pais e professores. Do intercâmbio entre essas partes surge o produto final: preparação dos alunos para enfrentarem, em melhores condições, os desafios do mundo e intervirem como agentes da história. No caso específico das Cooperativas de Ensino é importante interpretar o empreendimento muito mais do ponto de vista social e ideológico do que econômico.

No Brasil, existem 294 cooperativas, 51.534 cooperados e 3.694 empregos diretos (OCB, on-line).

#### 3.1.5.5 Especial

Cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situações de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999:

Art. 3º Consideram-se pessoas em desvantagem, para os efeitos desta Lei:

- I – os deficientes físicos e sensoriais;
- II – os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos;
- III – os dependentes químicos;
- IV – os egressos de prisões;
- V – (VETADO)
- VI – os condenados a penas alternativas à detenção;
- VII – os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

O objetivo desse ramo é a inclusão social de sujeitos em condições sociais desfavoráveis, atuando na organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos; e o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços. A representatividade desse tipo de cooperativa ainda é pequena, sendo: 9 cooperativas, 393 associados e 12 empregos diretos (OCB, on-line).

### *3.1.5.6 Habitacional*

Destina-se à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social. Em números: 226 cooperativas, 99.464 associados e 1.829 empregos diretos (OCB, on-line)

### *3.1.5.7 Infraestrutura*

Cooperativas de prestação de serviços essenciais, como energia e telefonia. No Brasil são mais conhecidas as cooperativas de eletrificação e de telefonia rural. As cooperativas de eletrificação rural têm por objetivo fornecer, para a comunidade, serviços de energia elétrica, seja repassando essa energia de concessionárias, ou gerando sua própria energia. Algumas também abrem seções de consumo para o fornecimento de eletrodomésticos, bem como de outras utilidades. Os números são 128 cooperativas, 6.334 empregos diretos e 829.331 cooperados (OCB, on-line).

### *3.1.5.8 Mineral*

Os empreendimentos cooperativos têm por finalidade a pesquisa, extração, industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos minerais.

É um ramo com potencial enorme, principalmente com o respaldo da atual Constituição Brasileira, mas que necessita de especial apoio para se organizar. Os garimpeiros geralmente são pessoas que vêm de diversas regiões, atraídas pela perspectiva de enriquecimento rápido, aglomerando-se num local para extrair minérios, sem experiência cooperativista. As cooperativas de garimpeiros muitas vezes cuidam de diversos aspectos, como saúde, alimentação, educação dos seus membros, além das atividades específicas do ramo. (OCB, on-line).

Há 69 cooperativas, 161 empregos diretos e 58.891 associados.

### *3.1.5.9 Produção*

A cooperativa de produção consiste na produção de bens e de produtos. A matéria-prima é propriedade dos seus cooperados e os meios de produção da cooperativa. Tem a função de prestadora de serviços como facilitadora na aquisição

de insumos pelos cooperados, dentre outros, na própria produção de bens ou produto, participando de toda a cadeia produtiva da recepção, preparo, industrialização e comercialização do produto (MARROQUIM, 2010).

As cooperativas de produção são 243 segundo os dados da OCB, empregam 3.605 colaboradores e têm 11.500 associados.

#### *3.1.5.10 Saúde*

Essas cooperativas se dedicam à preservação e à promoção da saúde humana. O objetivo desse empreendimento cooperativo é a prestação de serviços médicos e de enfermagem em hospitais, clínicas públicas e privadas. O maior exemplo de cooperativismo do ramo saúde são as Unimed's.

A Unimed é o maior sistema cooperativista de trabalho médico do mundo e também a maior rede de assistência médica do Brasil, presente em 83% do território nacional. O Sistema nasceu com a fundação da Unimed Santos (SP) pelo Dr. Edmundo Castilho, em 1967, e hoje é composto por 352 cooperativas médicas, que prestam assistência para mais de 20 milhões de clientes em todo País. (PORTA NACIONAL DA SAÚDE, on-line).

Em números, representam 846 cooperativas, 67.146 empregos diretos e 271.004 associados (OCB, on-line).

#### *3.1.5.11 Trabalho*

Cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados, para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos.

As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. Esse é um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho. São 966 cooperativas, 188.664 associados e 2.738 empregados (OCB, on-line).

### 3.1.5.12 Transporte

Empreendimentos cooperativos que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros. As cooperativas de transporte têm gestões específicas em suas várias modalidades: transporte individual de passageiros (táxi e moto-táxi), transporte coletivo de passageiros (vans, ônibus, dentre outros), transporte de cargas (caminhão, motocicletas, furgões, etc) e transporte de escolares (vans e ônibus). São registradas pelo Sistema OCB 1.088 cooperativas, 143.458 cooperados (OCB, on-line).

### 3.1.5.13 Turismo e Lazer

Organizações sociais prestam ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria. São 27 cooperativas, 1.468 cooperados e 193 empregos diretos (OCB, on-line).

## 3.1.6 Princípios do Cooperativismo

As normas e regras que estruturam e regulamentam o funcionamento do empreendimento cooperativo também são conhecidas como princípios cooperativistas.

A essência desses princípios é a mesma pensada há mais de 160 anos pelos precursores do cooperativismo, os quais, em meio às dificuldades e ao sofrimento dos trabalhadores, nos séculos XVIII e XIX, e perante as consequências da intensificação do liberalismo, criaram condições para o aparecimento de cooperativas. Grupos que “[...] nasceram, simultaneamente, da utopia e do desejo da massa trabalhadora de superar a miséria pelos seus próprios meios (auxílio-mútuo)” (PINHO, 2004, p. 266).

São estes:

### 3.1.6.1 Adesão livre e voluntária

Cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e a assumir as responsabilidades como associadas, sem discriminações sociais, raciais, políticas, religiosas e de gênero.

Esse princípio sinaliza que a participação é voluntária, de forma associativa sem nenhuma imposição ou reserva. Essa adesão livre e voluntária assume uma via de mão dupla, em que se utiliza os serviços e segue as regras e responsabilidades determinadas por ela (MARROQUIM, 2010).

### 3.1.6.2 Gestão democrática

As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios que participam ativamente na formulação das suas políticas e nas tomadas de decisão. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais sócios, são responsáveis perante todos. Nas cooperativas, os associados têm igual direito de voto (um sócio, um voto) (MARROQUIM, 2010).

A administração executiva da cooperativa fica a cargo de membros eleitos para tal, ou é realizada a contratação de profissionais para a gestão. A administração é acompanhada pela comunidade cooperativista e presta contas nas assembleias gerais.

Os sujeitos da pesquisa responderam sobre como se dá a tomada de decisões entre os cooperados; as falas revelam como é o exercício prático da gestão democrática, destacando a importância da participação:

Isso é uma coisa que já foi discutida, eu acho que o cooperado sempre tem que se sentir à vontade para emitir sua opinião, sem medo de restrições, sem medo de ser julgado, né, então, eu acho que numa assembleia ele tem que colocar seu ponto de vista. (BOURBON).

A democracia é pautada, também, pelo direito de livre expressão. No caso das cooperativas, a voz e o voto são os instrumentos de luta e decisão de seus membros; todavia, a fala do sujeito deixa claro que, nos momentos decisivos da sociedade cooperativa, seus sócios encontram dificuldades em se expressar, considerando que, na oposição ou defesa de uma ideia poderão sofrer algum tipo de constrangimento ou retaliação por parte dos demais associados.

Para Acaiá:

Essa tomada de decisão falta participação de muita gente, na hora de decidi falta participação, e depois da decisão tomada, fica falando que podia ter sido diferente, falta informação e participação, buscar o cooperado para tomar essa decisão. (ACAIÁ).

A falta de participação nos espaços de discussão, de defesa de direitos, de construção coletiva também se perpetua no espaço cooperativo. Não obstante as cooperativas serem locais privilegiados para a discussão e debate de ideias, para decisões e escolhas coletivas, a cultura da não participação é vivida de maneira significativa. Mesmo em defesa do seu próprio negócio, os associados, muitas vezes, abstêm-se de discussões importantes para a sua cooperativa.

O sujeito a seguir, apresenta uma discussão para além do entendimento de gestão democrática; ele provoca a análise de um comportamento ideológico:

Nós, brasileiros, não temos uma cultura voltada ao cooperativismo, o brasileiro é muito individualista, muitas vezes, porque é difícil gerir uma cooperativa, principalmente na hora de uma assembleia. Então, como o brasileiro não tem essa cultura de associação, essa cultura cooperativista, ele muitas vezes, ele toma decisão de maneira individual. (MUNDO NOVO).

O que se pôde notar nas falas, além das observações sobre a falta de participação, é o comportamento individual no espaço coletivo de decisão, bem como a não unanimidade nas decisões coletivas tomadas nas assembleias da cooperativa e a naturalização atribuída à cultura do país, de um individualismo construído historicamente.

Vista por outra perspectiva, a fala remete ao pensamento no qual, se o agir cooperativo fosse construído pelos próprios sujeitos históricos formadores dessas sociedades cooperativistas, através das discussões de ideias e ações, no enfrentamento das convergências e divergências em favor do bem comum, esta ação potencializaria a construção de uma cultura cooperativista.

Mais uma vez apresenta-se na fala de Catuaí, a dificuldades dos associados se expressarem livremente para o bem comum da sociedade cooperativista, da qual fazer parte:

[...], é a forma como isso é decidido em assembleia. Por mais, que muitas vezes as pessoas falam que não, eu sei que causa um certo constrangimento dizer um sim ou um não, e isso eu acho que tá errado. A forma de votação acho que deveria mudar, e é possível mudar. (CATUAÍ).

O objetivo maior da cooperativa é a prestação de serviço ao seu cooperado, de forma que, para sua manutenção, ela depende das decisões do conjunto de seus associados que poderão ou não fortalecer e fomentar seu crescimento para o bem comum. Observa-se que o exercício da gestão democrática faz parte da construção de um novo olhar dos indivíduos para o próprio espaço construído por eles, coletivamente.

Paulo Freire coloca a importância do exercício da democracia e para que essa se efetive há que se lançar ao debate, a resolução dos problemas através de uma reflexão profunda sobre eles:

A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza, sobretudo, por forte dose de transitividade<sup>11</sup> de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe. (FREIRE, 1989, p.80).

### 3.1.6.3 Participação econômica dos sócios

Os cooperados contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e o controlam democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição da sociedade. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais finalidades (MARROQUIM, 2010).

Dentre essas finalidades está o desenvolvimento das suas cooperativas, possibilitando a formação de reservas, sendo que, parte delas poderá ser indivisível. O retorno aos sócios será na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos membros.

Na cooperativa, o capital é visto como ferramenta para a conquista de objetivos maiores e as decisões referentes a ele são tomadas de forma democrática, na instância maior da organização: a assembleia geral.

---

<sup>11</sup> “A transitividade crítica [...] a que chegaríamos com uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. [...] Pela prática do diálogo, e não da polêmica. Pela receptividade ao novo, não apenas porque novo, e pela não recusa ao velho, só porque velho, mas pela aceitação de ambos, enquanto válidos. Por se inclinar sempre a arguições.” (FREIRE, 2011, p.85)

Quando se discute sobre a tomada de decisão e participação econômica, a temática “distribuição de ganhos e perdas” é evidenciada pelos sujeitos.

As falas de Catuaí e Mundo Novo reúnem os diversos argumentos, em torno do assunto:

[...] eu acho que é feita de forma errada, eu acho que, por exemplo, você distribui uma sobra que é nossa na loja, tá errado. A loja ela já tem o lucro dela, então, na verdade nós não estamos pegando tudo que poderia, deveria ser destinado a gente. (CATUAÍ).

Distribuição de sobras, muitas vezes, eu acho que é interessante para a gente, que não quer colocar dinheiro no bolso. Mas, muitas vezes, grande parte dessa distribuição tem que ser reinvestida na cooperativa para ela buscar capital ou buscar atender a gente melhor no que a gente precisa, quando ela já está bem estrutura e tudo, aí é bem vinda a distribuição de lucro. (MUNDO NOVO).

A decisão de distribuição de sobras e prejuízos é realizada anualmente nas assembleias ordinárias dos empreendimentos cooperativos. Essa decisão é sempre cercada por muitas divergências. Há visões que convergem para o reinvestimento na sociedade comum, outras opiniões defendem à distribuição financeira proporcional à movimentação de cada associado e, ainda, o reinvestimento em forma de créditos proporcionais para a aquisição de insumos e implementos que movimentam o recurso na própria cooperativa.

Acaíá, comenta a dificuldade de consenso em relação à distribuição de ganhos e perdas e que gostaria de novas propostas, mas demonstra certa conformidade com o que é efetivado na sua realidade cooperativista.

Isso aí é um negócio dos mais difíceis que eu acho e de fato é, porque é difícil agrada a todos, uns acham que precisa distribui, outros acham que não, eu acho que precisa melhorar muito na nossa realidade, a gente vê muita gente insatisfeito com as sobras, então, é preciso criar um sistema para melhorar, mas o que é feito também não é de todo mal, é importante e bem-vindo. (ACAIÁ).

O que se pode observar é que, no espaço cooperativista, o cooperado tem o poder de divergir, opinar, sugerir, concordar e discordar. Essa possibilidade de empoderamento do sujeito nas escolhas que podem melhorar suas condições de trabalho e vida, oportuniza a consciência mencionada por Paulo Freire em citação anterior, não é entendida ou explorada por cooperados e não é incentivada pelas cooperativas.

### 3.1.6.4 Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros. Podem firmar acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo. Devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático por seus sócios e mantenham a autonomia das cooperativas (OCB, on-line).

O objetivo é garantir a autonomia e independência da instituição evitando proveito do cooperativismo para fins indevidos. Essas características são fundamentais para a condução do empreendimento sem nenhum vínculo político ou de qualquer outra natureza, a não ser a sua própria.

Mundo Novo, um dos sujeitos, fez questão de relatar uma iniciativa dele e de um conjunto de cooperados que propuseram à cooperativa uma inovação tecnológica para otimização da produção no campo. Isso se deu com o investimento na criação de uma máquina varredeira de café projetada por um cooperado, que viria a beneficiar todos os associados. Essa iniciativa, em uma área desconhecida, trouxe benefício para os cooperados e suas lavouras, como para prestadores de serviços.

A independência, a visão e o esforço coletivo colaboraram para a autonomia dos cafeicultores e o melhoramento de seus negócios:

Sempre bato na tecla, sempre o diálogo com a diretoria é muito importante, ser uma diretoria aberta, você chega no café conversa com o presidente da Cooperativa, ou com qualquer um outro diretor, acho que isso aí, é muito positivo. Nós já tivemos coisas aqui, que a Cooperativa implementou. Vou citar um exemplo, a construção de máquina de varreção, isso só foi possível, porque, através de uma conversa no café com o próprio presidente da Cooperativa, ele veio me perguntar, se eu conhecia alguém que sabia desenvolver alguma máquina pra poder melhorar a vida dos cafeicultores, e aí eu falei: “Não, de imediato não, mas vou procurar saber e te passo a informação”. Aí parece que os anjos disseram amém, daí uns vinte dias eu encontrei uma pessoa que estava desenvolvendo uma máquina, aí falei pra pessoa se eu podia trazer essa ideia para a Cooperativa, aí já levei direto para o presidente que tinha me pedido, então, graças a essa abertura com o presidente, isso foi possível, e hoje a máquina é uma realidade, servindo toda a comunidade, então, por isso que eu bato nessa tecla, é muito importante a diretoria, ser uma diretoria aberta, que venha conversar com o cooperado, com o público, com todos os cooperados que isso aí enriquece muito, isso pode trazer frutos positivos para a cooperativa. (MUNDO NOVO).

A iniciativa do sujeito proporcionou benefícios a toda comunidade, demonstrando a importância da participação democrática e a construção coletiva de bens comuns.

### *3.1.6.5 Educação, formação e informação*

As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Devem informar ao público em geral, particularmente aos jovens e aos líderes de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação (MARROQUIM, 2010).

A educação para o cooperativismo não se resume à exaltação de seus princípios, mas vai além e consagra-se no sentido mais amplo da educação, contribuindo para a formação intelectual como um todo, buscando oferecer oportunidades de crescimento a seus associados. Segundo Catuaí:

[...] em alguns momentos você precisa ainda mais da cooperativa e outros, você começa a perceber que talvez não precise tanto, eu responsabilizo o amadurecimento da fazenda como empresa, acho que grande parte disso é por conta da Cocapec, da Cooperativa aqui que fomentou isso pra gente, através de cursos, de incentivos, mostrando qual é o caminho, que quanto mais profissional, você sente que precisa mais da Cooperativa e outros você começa a perceber que nem tanto, mas acho que isso nem tanto para nós que somos pequenos, acho que talvez pro grande, pro grande ele consegue ter um pouco mais de autonomia e independência da cooperativa, quanto menor um pouco maior a dependência.

Catuaí destacou o incentivo que recebeu para a formação profissional e injeção de conhecimento que contribuíram para o crescimento do seu negócio, abordando também a diferença entre pequenos e grandes produtores; segundo o sujeito quanto maior a independência do produtor à cooperativa, este alcança mais autonomia para o seu desenvolvimento enquanto empreendedor rural.

O cooperativismo é: os benefícios que ele traz pra nós individualmente ou pra comunidade. É uma contribuição muito grande porque muitas vezes auxilia a gente nos problemas políticos, quando a gente quer pleitear alguma coisa perante ao governo, tem uma força muito grande. Então, a força do cooperativismo é uma força muito grande mesmo, que nos auxilia muito a gente nas decisões políticas, nas buscas de políticas para a agricultura de modo geral ou qualquer outra atividade que a pessoa exerça [...]. (MUNDO NOVO).

Já o Mundo Novo, evidencia a força política de segmento social e o quanto mais organizado maior a influência econômica e política na sociedade de maneira geral.

Os sujeitos apresentam suas compreensões em relação à contribuição do cooperativismo e da Cooperativa para a formação e sustentação de seu negócio. Demonstram que o conhecimento construído e desenvolvido pelo cooperativismo contribui para os indivíduos que aderem a essa forma socioeconômica de desenvolvimento profissional e pessoal.

Eu uso vários caminhos, visitas constantes na Cooperativa, sempre procuro saber passo-a-passo como ela está indo, como está sendo administrada, participo sempre perto, estou sempre conversando com os diretores, isso é uma coisa boa também, ter uma diretoria aberta ao público, sempre conversando com os cooperados, quando precisar você vai lá falar com um diretor, com o vice-diretor, com o presidente, então isso aí, é muito importante numa cooperativa, porque você tem acesso a um elenco de informações e uso também a revista da própria Cooperativa, uso o próprio site da cooperativa também, previsão do tempo, cotação, todas as ferramentas que estão disponíveis. (MUNDO NOVO).

Considerando a fala de Mundo Novo, a participação é, para ele, elemento fundamental para a vivência cooperativista, exercendo cotidianamente a cooperação. Também demonstra consciência da importância de comunicar-se, acompanhar e contribuir com a gestão executiva da Cooperativa.

### *3.1.6.6 Intercooperação*

As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntos, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

A Intercooperação representa a cooperação entre as cooperativas para o desenvolvimento e crescimento das mesmas e do movimento, gerando benefícios para o modelo econômico como um todo.

### 3.1.6.7 Preocupação com a comunidade

As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros (OCESP, 2011, online).

O cooperativismo institui como princípio a disseminação da cultura cooperativista para a comunidade, assumindo o compromisso com a mudança social.

As descrições dos princípios do cooperativismo estão publicadas no site da OCB. A sistematização desses princípios descritos acima passou por um debate que se alongou durante o século XX e fomentou a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1895. Esta é uma entidade não governamental que tem como objetivo fundante zelar pela doutrina cooperativista, reunindo, organizando e representando o movimento, mundialmente. Desde então, a instituição coordenou e validou as reformulações dos princípios, até o Congresso de Manchester, em 1995, que realizou a última alteração dos princípios cooperativistas descritos e apresentados acima.

Seguindo a diretriz do presente trabalho, que é conhecer o impacto da cultura cooperativista para os sujeitos entrevistados, estes foram questionados a respeito do conhecimento sobre os princípios norteadores do cooperativismo. Assim, foram obtidas as seguintes respostas:

Eu conheço alguns princípios cooperativistas, já li alguma coisa, não muito, mas a gente... se você me perguntar não sei te fala, já andei lendo um pouco, mas a gente sabe, tem a informação. Eu já participei de comitê<sup>12</sup> de Cooperativa, eu fui coordenador de comitê, eu tive a oportunidade de participar do Encontro Estadual de comitê que teve em Maringá, no Paraná, e isso aí foi muito importante pra mim, pra gente poder entender bem os princípios, como a gente tem que trabalhar com a Cooperativa, deu pra poder saber um pouquinho [...]. (MUNDO NOVO).

Não, não, o cooperativismo, a gente fala muito cooperativa, cooperativa, mas cooperativismo eu particularmente não tenho tanta informação e conhecimento, talvez é falta da gente buscar mais informação, mas pra mim esse campo é meio obscuro ainda. (ACAIÁ).

Acho que é um pouco disso tudo que a gente falou, ser um grupo, de pessoas com mesmo interesse, com as mesmas finalidades, dessa troca da Cooperativa tentar fazer o melhor pra região, pro negócio, no caso para os cooperados, pra desenvolver o próprio cooperado, então, eu acho que é mais ou menos isso. (BOURBON).

<sup>12</sup> Comitês Educativos são espaços de encontro e discussão para os cooperados e Cooperativa debaterem sobre os assuntos cotidianos da sociedade. Esses comitês se reúnem regionalmente, via de regra, com a participação da administração executiva da Cooperativa.

Observa-se que o conhecimento teórico sobre o movimento cooperativista, seus princípios e bases não estão literalmente nas falas dos sujeitos, todavia, identificamos os mesmos de modo implícito. A relação do cooperado é definitivamente com a Cooperativa, demonstrando a superficialidade da apreensão sobre essa filosofia e sobre a cultura cooperativista proposta pelo sistema.

O que se percebe nas falas de Bourbon e Mundo Novo é que os princípios são entendidos como valores, por exemplo: a participação, a união, a ajuda mútua.

Fez parte do roteiro de entrevista desta pesquisa, a indagação sobre os direitos e os deveres de um cooperado e, o que mais se destaca nas falas é a fidelidade comercial:

Direito e dever: tem que ser fiel à Cooperativa, participativo na Cooperativa, porque a Cooperativa é o negócio dele também, não é só a propriedade, se ele não cuidar bem da Cooperativa, zela, participar na compra e venda dos produtos, ele não está cumprindo bem o dever dele. Sou cooperado há 10 anos. (UBATÃ).

Então, eu acho assim os deveres: são a partir do momento que a gente aceitou ser cooperado ou dispôs a ser cooperado, tem os critérios como em qualquer coisa tem os deveres e obrigações... se a gente for fazer conforme a cabeça da gente, às vezes não dá certo, então os deveres têm que ser cumpridos rigorosamente. (ACAIÁ).

O exercício cooperativista para os sujeitos está no dia a dia de cada um. Quando se observa a fala deles, ficam evidentes valores e atitudes como fidelidade, participação, reivindicação, reconhecimento de direitos e deveres, na prática diária de trabalho com a sua Cooperativa.

Os direitos e deveres de um cooperado e de que maneira um cooperado tem que ser na cooperativa, ele tem que ser atuante, ele tem que ser aquela pessoa que colheu e deposita os seus produtos na cooperativa, ele comercializa esses produtos na cooperativa, aquele compra os insumos da cooperativa, então, isso pra mim é o que é o cooperado fiel à ela, é aquele que deposita seus produtos e compra seus insumos por ela; eu vejo que é esse o perfil que tem que ter o cooperado. Mas, é claro, a cooperativa também tem que fazer sua parte pra ter a confiança, o respeito do cooperado, então, ela tem que buscar preço, e buscar preço nos dois sentidos, tanto pra venda quanto para a compra, então, ela fazendo bem a parte dela, eu acho que é também obrigação o cooperado fazer sua parte, também, ser fiel a ela. (MUNDO NOVO).

A fidelidade à cooperativa informalmente se apresenta no meio cooperativista como um princípio valorizado pelos associados; esse valor se concretiza numa fiel relação comercial de ganha-ganha, com o cooperado

movimentando seu negócio através da cooperativa e a organização realizando bons negócios para seu cooperado.

[...] o direito que você tem é de se manifestar na hora que você quiser, do jeito que você quiser, e o direito que a gente tem é de reivindicar sempre o melhor pra gente, eu acho que isso é um direito nosso, e uma obrigação é, participar. Você só pode reivindicar alguma coisa se você estiver participando dela, senão você não deve reivindicar nada. O melhor é chegar lá e falar: "O adubo do vizinho tá mais barato, o cara tá vendendo café por um preço melhor", essa história toda, então, eu acho que isso é um direito nosso, de conseguir o melhor aqui dentro, sempre o melhor aqui dentro. (CATUAÍ).

Catuai valoriza a comunicação entre cooperativa e associado, estabelecendo uma relação de troca de informações que alimenta a competitividade da organização cooperativista com o mercado. Entende-se que as reivindicações de cooperados impulsionam o crescimento da sociedade e melhoram o atendimento ao cooperado.

Uma cultura participativa é construída ativamente pautando o desenvolvimento coletivo, e crescimento individual torna-se consequência no processo de desenvolvimento cultural.

Os princípios são vividos pela Cooperativa e cooperados de maneira dinâmica, importando para os sujeitos a sustentação de valores que impulsionem o crescimento da sua Cooperativa, seu próprio negócio.

## **PARTE 2 O *ETHOS* COOPERATIVISTA E O SERVIÇO SOCIAL**

## **CAPÍTULO 4 CULTURA COOPERATIVISTA**

#### 4.1 Cultura *versus* *ethos* cooperativista

Nesse momento do texto, apresentam-se para discussão os conceitos trazidos pelo objetivo do trabalho. A presente pesquisa se propôs a analisar o impacto da cultura cooperativista no cotidiano de famílias associadas à Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas da região de Franca/SP, seu projeto intitula-se: Família e cooperativismo: o *ethos* cooperativista na região de Franca/SP.

Anteriormente, foi demonstrado em que lugar se situa a discussão em relação à família, ao cotidiano e ao cooperativismo. Para construção completa dos pilares deste trabalho, considerou-se relevante dissertar sobre os conceitos de cultura cooperativista e *ethos*.

Inicia-se com a definição de cultura que é:

o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família [...] O que torna uma ideia cultural, e não pessoal, não é simplesmente o fato de ser comum a duas ou mais pessoas: ela deve ser vista e vivenciada como tendo uma autoridade que transcende os pensamentos do indivíduo. (JOHNSON, 1997, p.59).

Assim, infere-se que a cultura não está relacionada ao fazer concreto das pessoas, mas o que está no imaginário comum sobre o que fazem e usam materialmente.

Desse modo, interpretar o significado das culturas implica em reconstituir, em sua totalidade, o modo como os grupos se representam as relações sociais que os definem enquanto tais, na sua estruturação interna e nas suas relações com outros grupos e com a natureza, nos termos e a partir de critérios de racionalidade desse grupo. (ARANTES, 2012, p.35).

Considera-se a cultura um conjunto de símbolos que articulam significados, constituindo-se como elemento integrante da atividade social organizada em uma sociedade aparentemente homogênea.

Contudo, essa “cultura homogênea” admite incoerências consequentes da dualidade entre o sistema simbólico constituído - podendo entendê-lo como cultura ou cultura ideal constituída por uma carga de interesses econômicos e políticos de

segmentos sociais dominantes, e os símbolos e expressões articulados em ações concretas, cultura real.

Entende-se que há uma cultura ideológica (cultura homogênea) constituída pelos símbolos e significados do modelo socioeconômico em que se vive e, as manifestações e expressões culturais construídas na realidade concreta, portanto uma cultura ideal e uma cultura real.

As diferentes condições objetivas de grupos sociais oportunizam a produção de conteúdos culturais específicos desde que esse conjunto social esteja organizado econômica e politicamente, de maneira a oferecer certo distanciamento e autonomia do sistema simbólico constitutivo. Tais grupos sociais podem desenvolver modos de vida relativamente independentes e as suas culturas podem ser compreendidas como sistemas de ação ou manifestação de um conteúdo cultural característico.

O próprio cooperativismo, por exemplo, representa um modo de vida com particularidades, tendo a cooperação como valor central de suas ações. Todavia, o seu conteúdo cultural não oferece ameaça quanto a uma mudança do sistema simbólico constitutivo; dito de outro modo, uma transformação cultural ideológica.

Isso significa que o cooperativismo tem na sua prática cotidiana um conteúdo cultural, como pode se observar em diversos outros grupos sociais, e vai além quando se mostra com um sistema econômico e social diferente do vigente; contudo, não se estabelece como uma nova cultura ou mesmo um sistema econômico e sim, como uma maneira mais humana que busca orientar-se por valores sociais mais democráticos e coletivos na batalha diária pela sobrevivência no sistema capitalista.

Desse modo, a sociedade contemporânea conduzida pelo sistema capitalista tende a homogeneizar as expressões culturais exercendo um controle ideológico, moral e político sobre os processos culturais coexistentes.

Na medida em que a cultura de massa constitui uma tendência homoneizadora que se sobrepõe às diferenças reais, fundadas numa distribuição desigual do trabalho, da riqueza e do poder e se processa, portanto, no nível exclusivamente simbólico todo o problema da dinâmica cultural se projeta na esfera das ideologias e tem que levar em consideração o seu significado político. (DURHAM, 1977, p.35 apud ARANTES, 2012, p.44).

Esse processo se dá de forma contínua e silenciosa, através das ações e políticas da indústria cultural e dos já estabelecidos espaços de sociabilização como:

família, formação escolar e profissional, mídias e espaços de convivência, que reproduzem os padrões construídos em benefício de uma classe específica e disseminados para toda a sociedade:

Pensar sobre o significado de cultura e como ela se desenvolve, o modo como o processo de transmissão se organiza na família, na escola, no trabalho e no espaço público, assim como sobre os valores que regem a vida diária, auxilia a analisar, de que forma a cooperação é aprendida e qual a sua tradição nas relações sociais. (SESCOOP, 2013, p. 43).

A cultura possui um potencial associativo, de aglutinação de interesses e constituição de práticas coletivas. Especialmente, quando são buscadas alternativas para reunir grupos de pessoas em torno de causas ou projetos comuns, que tenham instituições e a comunidade como territórios de socialização.

Assim sendo, a cooperação, observada como processo social, existente há milhares de anos, pode ser vista como garantia da sobrevivência, através do trabalho baseado nas relações de troca, de relações que extrapolavam os valores materiais. A cooperação, nesse sentido, fortificava as comunidades através de fatores materiais por prover melhores condições de alimentação, abrigo e, por fatores extra materiais, garantindo as relações sociais, condições indispensáveis à existência, que promoviam a melhoria na qualidade de vida das populações (SESCOOP, 2013).

A cooperação é uma experiência humana que está presente desde a formação das primeiras tribos, associada às lutas pela sobrevivência, às questões sociais, políticas e econômicas, e às mudanças que delas decorrem. A caça e a pesca coletivas, a edificação de habitações e a defesa da coletividade eram realizadas em conjunto pelos membros dos grupos. Isso também ocorria em outras situações da vida em sociedade e em manifestações religiosas, sendo mantida por meio do costume ou da autoridade dos chefes tradicionais. (SESCOOP, 2013, p. 58).

A cultura da cooperação ou cooperativista se estabelece a partir da adesão livre, consciente e voluntária das pessoas, baseada no trabalho coletivo, que dá sustentação às ações cooperativas. O agir cooperativo pressupõe que o bem comum e os interesses coletivos estejam acima dos benefícios individuais e sejam recorrentes em famílias, grupos de amigos, colegas de trabalho, cidadãos de uma sociedade.

A cultura cooperativista se concretiza quando os modos de entender, sentir, decidir e agir oportunizam o compartilhamento de ideias, iniciativas e projetos que consideram os direitos da coletividade e respeito às diferenças:

Cooperar é mais do que colaborar, ser solidário ou fraterno é assumir compromissos com a coletividade envolvida em prol de conquistas duradouras e continuadas, de modo a enraizar a prática cooperativa e criar, pela manutenção de atitudes e comportamentos, situações que se repetem, colaborando para desenvolver a cultura da cooperação. (SESCOOP, 2013, p. 59).

Nesse momento, retoma-se as inquietações trazidas no início deste texto, quando foi identificada a necessidade de se esclarecer se há uma cultura cooperativista, se é uma cultura de desenvolvimento econômico social ou um comportamento/ modo/ *ethos*/ condição de sobrevivência no mercado.

Para isso define-se *Ethos*, como “conjunto de **hábitos ou crenças** que definem uma comunidade ou nação”. [...] “são os **costumes** e os traços comportamentais que distinguem um povo.” (SIGNIFICADOS, on-line)

“*Ethos* pode ainda designar as características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa ou cultura.” (SIGNIFICADOS, on-line)

Entende-se que a realidade cooperativista, na atualidade, corresponde a um *ethos*, um comportamento ou modo de vida na sociedade socioeconomicamente capitalista. A prática cooperativista concorre para efetivar-se como cultura representativa dos sujeitos que a vivem, todavia não se constitui como uma cultura de transformação que vislumbre uma realidade para além da cultura ideológica e econômica atual.

No entanto, o comportamento cooperativista traz significativos benefícios para a sociabilidade, fortalecendo as comunidades no intuito de agirem coletiva e conscientemente, pois as ações coletivas contribuem para o desenvolvimento comum.

#### 4.1.1 Cidadania, cooperativismo, educação e a contribuição da cultura cooperativista para as famílias e sociedade.

A família como uma instituição que toma por função a sociabilização dos seus membros tem adquirido novos significados e atribuições em meio às mudanças de papéis na educação, às transferências de responsabilidades e ao cuidado com os filhos, pois os elementos que fragilizam as famílias hoje, são produtos da alienação do capital. O individualismo, a concorrência, a falta de solidariedade e os modelos de comportamentos preestabelecidos por esta sociedade de consumo onde se vive afastam as pessoas e a família de suas funções em auxiliar seus sujeitos nas relações com os outros sujeitos.

Atualmente, frente às mudanças discutidas como necessárias à criação de uma sociedade mais igualitária e justa, a cooperação tem assumido lugar de destaque, principalmente quando se projeta uma educação inclusiva e pautada em valores coletivos. Mas, embora os discursos apontem para a importância das pessoas se associarem para vencerem obstáculos e ficarem mais fortes, não há como ignorar a grande parcela que ainda não se dispõe a agir cooperativamente. (SESCOOP, 2013, p.59).

A proposta de organização socioeconômica defendida pelo Cooperativismo leva em conta o fortalecimento interno das organizações e das sociedades cooperativas, buscando desenvolver o trabalho de maneira cooperativa entre seus associados, funcionários e familiares. Além disso, visa promover a construção de cooperativas fortes e bem estruturadas para o enfrentamento do mercado de bens e consumo cada vez mais acirrado, pelo movimento global do capital.

Num cenário nacional de cidadania regulada ou assistida, onde os direitos sociais são garantidos de forma contributiva ou compulsória, conforme a colocação do indivíduo no mercado de trabalho, é na cidadania assistida:

[...] onde ocorre uma forma mais amena de pobreza política, tem-se uma pequena noção de direito, o direito à assistência, mas quando se refere a emancipação, continua-se à reprodução da pobreza política, visto que dentro desse modelo não há questionamento acerca do modo de produção capitalista, este que gera disparidades sociais exponenciais e não se luta também por equalização de oportunidades. (DEMO, 1996, p. 7).

O Estado de Direito é o tipo de Estado no qual se trabalha numa perspectiva democrática, entretanto, para alcançar esse sistema, é preciso o desenvolvimento da cidadania. A cidadania é entendida como “[...] competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada [...]” (DEMO, 1996, p.1).

A prática cooperativa pressupõe o exercício da democracia na administração da sociedade realizada por seus associados, através dos princípios de “Gestão democrática” e “Autonomia e independência”. Os membros desse coletivo deverão fazer as melhores escolhas para o conjunto de cooperados.

A competência que se deve ter para que aconteça a cidadania, necessita de componentes cruciais como educação, organização política, identidade cultural, informação, comunicação e, em especial, o processo emancipatório.

A marca da cultura do não direito é evidente no Brasil. Muitos direitos sociais conquistados democraticamente pelos cidadãos são oferecidos como favor do Estado. Por falta de informação e esclarecimento, a população deixa de exigir e lutar por seus direitos e, quando necessita deles, em muitos casos, recebem a assistência ou o benefício de direito como uma ação de benemerência do governo e de entidades.

A grande questão a ser refletida é quais são as condições que as famílias brasileiras têm atualmente para assumir as funções que lhes são atribuídas, considerando que a realidade vivida é marcada pelo Estado de orientação neoliberal, cuja atuação é mínima, no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas de largo alcance social?

Nessa situação, experiências como o cooperativismo, associativismo e/ou a economia solidária podem infundir nas populações que tiverem acesso a esse *ethos*, valores que os impulsionem à busca por conjuntos de trabalho e produção coletivos, autogestionárias dando melhores condições de vida às famílias e aos demais grupos sociais a fim de que exerçam o protagonismo, como sujeitos históricos que são.

Apreende-se que na atualidade há uma desobrigação do Estado na inclusão dos trabalhadores no mercado, transferindo o ônus da reprodução social para a família e a responsabilidade para o trabalhador/provedor, de arcar com as necessidades para a manutenção, produção e reprodução da força de trabalho, principalmente considerando a nova proposta de reestruturação produtiva imposta sob o nome de flexibilização das relações de trabalho.

A educação deve ser vista como investimento inclusive econômico, pois os recursos humanos melhor preparados resultam em melhor produtividade. Entretanto, a educação nem sempre consegue desfazer males oriundos da pobreza socioeconômica. Tem-se reservado ao pobre, “políticas pobres” como na educação, saúde e na própria assistência.

A função insubstituível da educação é de ordem política, como condição à participação, como incubadora da cidadania, como condição necessária para desabrochar a cidadania, com vistas à formação do sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres. Muitas vezes se subestima o efeito político da educação, porque se pretende captá-lo como impacto imediato. Como exemplo dos impactos de ordem socioeconômica, a formação da cidadania é um processo lento e profundo, que leva gerações para se concretizar.

A cidadania, que é resultado dessa participação, é também qualidade social de uma sociedade organizada no reconhecimento dos direitos e deveres majoritariamente.

Um dos objetivos da emancipação é livrar o sujeito da dependência intelectual e ativa em nome de um sujeito histórico, autônomo e organizadamente competente.

Pretende-se então uma cidadania emancipada e que seu desafio seja destruir a pobreza política; porém, a pobreza material e sua extinção são cruciais nesse processo.

A sociedade ainda não alcançou amadurecimento histórico suficiente para perceber que emancipação carece dos dois fatores insubstituíveis e interligados: economia e cidadania.

A cidadania é compreendida como processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se sujeito histórico consciente e organizado, com capacidade de compreender e de efetivar projeto próprio.

Entende-se que o cooperativismo pode contribuir nesse processo através do movimento e mobilização que proporciona para a coletividade, organização da produção, empreendedorismo e geração de emprego e renda às famílias, sujeitos de sua própria história.

#### 4.1.2 Dimensões do trabalho do Assistente Social

O trabalho profissional do assistente social se constituiu como tal a partir do momento em que as relações sociais são permeadas e determinadas pela lógica do capitalismo. Essa lógica pressupõe no cerne do seu desenvolvimento uma série de fatores que se materializam na vida de significativa parcela da população que sofre as refrações da questão social.

É uma profissão inserida na divisão do trabalho que se altera a partir do alargamento das forças produtivas e que, por se concentrar nas relações sociais, direciona-se no significado social a partir dessa divisão.

O trabalho profissional do assistente social se realiza como trabalho assalariado e tem nas organizações privadas e no Estado os maiores pilares de objetivação dos espaços ocupacionais. Como Iamamoto (2008, p. 417) contextualiza a seguir:

A mercantilização da força de trabalho [...] subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

É uma profissão que atua na realidade concreta com suas determinações, mas que, até por considerar sua formação profissional, possui um potencial para aproximar da realidade concreta através da leitura crítica do cotidiano, com o intuito de apreender o real e agir sobre este à luz de um referencial teórico que instrumentalize suas intervenções, efetivamente.

As necessidades sociais e as aspirações dos segmentos subalternos, que são o público alvo do trabalho profissional, podem potencializar e legitimar os rumos impressos ao trabalho do assistente social, na contramão das definições "oficiais". (IAMAMOTO, 2008, p. 422).

É importante pontuar que a apreensão do referencial marxiano possibilita ter um olhar de totalidade para a realidade, entender o constante movimento dela e qualificar a intervenção na condição de profissionais inseridos na divisão social do trabalho. Entendendo a centralidade do trabalho para a reprodução da vida do ser social, que se constitui como tal nas relações sociais, a partir do método inspirado

em Marx, é que se pode buscar no conhecimento da realidade, capturar a gênese da questão social e dimensionar qual a contribuição da profissão do/a Assistente Social para a transformação da realidade.

Mas a escolha por esse método não pode, de modo algum, iludir no sentido da aplicação da leitura à realidade. É necessário considerar o tempo histórico de Marx, as particularidades da realidade por ele vivenciadas, mas compreender que, embora esteja em outro tempo histórico, o modo de sociabilidade permanece o mesmo (com novas determinações), impulsionado pela contradição entre capital e trabalho (BRANT, 2010).

A opção por esse método possibilitou ao Serviço Social a escolha de um projeto que direciona social e politicamente as ações do cotidiano profissional. O Projeto Ético Político (PEP), entendido como um conjunto das diretrizes para a profissão descritas no Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 e na Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 2008) de regulamentação da profissão.

A partir desse momento, a prática profissional é idealizada como práxis profissional, na unidade indissociável entre teoria e prática. É na aproximação ao marxismo que a prática se qualifica e se potencializa no sentido de um novo direcionamento ao assistente social, iluminado por um arsenal teórico. É a possibilidade da intervenção na realidade, após a apreensão de toda complexidade determinada pelos interesses do capital.

O Serviço Social se encontra em uma posição contraditória, pois considerando sua origem, é a partir deste momento que se encontra a possibilidade de potencializar suas ações e combater a exploração determinada em nossa sociabilidade. Embora não seja capaz isoladamente de superar toda exploração e opressão dessa sociedade, pode, a partir de então, agir com resistência a favor dos trabalhadores, dos marginalizados, dos excluídos com a afirmação dos direitos com sentido à emancipação política, na contribuição para o processo da formação da consciência direcionada à emancipação humana (BRANT, 2010).

Em 70 anos de Serviço Social no Brasil, a profissão movimentou-se no sentido de encontrar caminhos que efetivamente levem a conquistas de direitos e de justiça social. O Serviço Social ousou, questionou suas práticas, debateu com a teoria indicando caminhos firmes e coerentes, mesmo na contradição do mundo

capitalista em que se vive, rompendo com o conservadorismo e negando uma visão messiânica.

A partir desse aprimoramento e aprofundamento no referencial teórico baseados na teoria social crítica marxiana, o Serviço Social desenvolve dimensões teórico-metodológicas para o trabalho profissional, através do mergulho na “realidade social” (IAMAMOTO, 2008, p. 422).

O Serviço Social, historicamente, afirmou-se como necessário na sociedade na condição de exercício profissional, como um tipo de especialização do trabalho que objetiva uma intervenção no processo social. Apesar de ter um conjecturado de explicação da vida social como base para intervenção, não surge tendo como prevalência o saber na sua função social. Dessa forma, não se afirma como necessário na sociedade como um ramo do saber entre as ciências.

Portanto, o Serviço Social não tem método e teoria próprios, apesar da necessidade premente de sustentar uma matriz teórico-metodológica, que viabilize uma leitura de preferência crítica, da realidade social e, dessa forma, forneça subsídios e parâmetros para a intervenção (BRANT, 2010).

É necessário ter em mente, a distinção entre concepções teórico-metodológicas e as estratégias, técnicas e procedimentos da intervenção profissional. Não se deve atribuir uma estrutura de metodologia ao processamento da ação, visto que, a partir de qualquer referência teórico-metodológica, existe a necessidade de se levar em conta estratégias e procedimentos para implementação do fazer profissional. Dessa maneira, a perspectiva teórico-metodológica não pode ser reduzida a pautas, etapas e, procedimentos de fazer profissional.

O movimento da teoria, por sua vez, não é de “aplicação” no real. A teoria é a reconstrução, no nível do pensamento, do movimento do real apreendido em suas contradições, em suas tendências, em suas relações e inúmeras determinações. E esse movimento se faz necessário porque a prática social, na sociedade capitalista, não se revela de imediato, reafirmando-se, portanto, a exigência metodológica para se apreender as múltiplas determinações e relações com uma totalidade, que é histórica (BRANT, 2010).

Dessa maneira, a questão teórico-metodológica vai além de um esquema de procedimentos operativos, uma vez que diz respeito ao modo de ver, de interpretar, de se relacionar com o ser social e que busca compreender e desvendar essa

sociedade. Assim, encontra-se estreitamente relacionada à maneira de explicar essa sociedade e aos fenômenos particulares que a constituem.

As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil, atualmente em vigência, apresentam como pressuposto a adoção da teoria social crítica e do método materialista-histórico-dialético, como orientação teórico-metodológica.

Tal orientação sustenta-se na leitura da realidade como uma totalidade formada por vários complexos (múltiplas determinações), por ser dinâmica (em constante transformação) e passível de ser apreendida pela razão, embora sempre de maneira parcial e sucessiva.

O entendimento é que o método dialético permite ao assistente social apreender na dinâmica social, o processo de construção da demanda em suas singularidades, compreendida a partir das determinações universais da realidade, em que se encontram os espaços sócio-ocupacionais. Esta apreensão se dá pela via da mediação, categoria ontológico-reflexiva essencial nos processos sociais, trabalhada por Lukács, a partir da teoria social marxiana e que Reinaldo Pontes retomou na produção do Serviço Social (BRANT, 2010).

A mediação é a instância que garante a possibilidade de síntese de muitas determinações.

Sendo a totalidade complexo de complexos, cada complexo tem sua existência mediatizada com os demais. Portanto, para insistir no caminho, metodológico das aproximações sucessivas, é imperativo apreender também as mediações que vinculam e determinam esses processos. (PONTES, 2000, p.87).

A realidade social não se revela a si própria de forma miraculosa e espontânea. As mediações permitem penetrar nos encadeamentos da complexidade que formam a realidade social, revelando as suas contradições e indo além da aparência e do imediato:

O plano da singularidade é a expressão dos objetos em-si, ou seja, é o nível de sua existência imediata em que se vão apresentar os traços irrepetíveis das situações singulares da vida em sociedade, que se mostram como coisas fortuitas, rotineiras, casuais. [...] esse é o plano da imediatividade. [...] Neste nível, essas categorias emergem despidas de determinações históricas. (PONTES, 2000, p.85).

O objeto de intervenção profissional visto exclusivamente do ângulo da singularidade, não ultrapassa as demandas institucionais e, também não consegue alcançar ações mais ousadas no campo das transformações socioinstitucionais.

No processo de ultrapassagem da facticidade é necessário que se tenham visões mais amplas e complexas do real. É preciso aproximar as singularidades com o plano das determinações universais da realidade, ou seja, a universalidade, que é a legalidade que articula e impulsiona a totalidade social. “É no plano da universalidade que estão colocadas grandes determinações gerais de uma dada formação histórica.” (PONTES, 2000, p.85).

Assim, na dialética entre o universal e o singular encontra-se a chave para desvendar o conhecimento do modo de ser do ser social. E essa dialética é chamada por Lukács (1979) de particularidade, caracterizando-a como um campo de mediações. É, portanto, nesse campo de mediações que os fatos singulares se viabilizam com as grandes leis, disposições da universalidade e, dialeticamente, as leis universais saturam-se da realidade.

Dito de outro modo,

[...] faz-se necessário apreender que as grandes leis e/ou categorias históricas do ser social podem estar interferindo nesse ou naquele problema social/fenômeno que se está enfrentando. [...] é necessário capturar, no próprio cotidiano [...] a interferência das forças, das leis sociais, percebendo realmente sua concretude visibilidade. (PONTES, 2000, p.46)

Para a efetivação desse processo no cotidiano profissional, o desenvolvimento da capacidade investigativa do assistente social é essencial. Se a realidade não se revela de imediato, a investigação das situações concretas postas no cotidiano, através do método, constitui-se um recurso indispensável para a apreensão das mediações.

#### 4.1.3 Materialização do referencial teórico no exercício profissional

O Serviço Social encontrou sua maioridade, estabeleceu vários espaços de atuação, conquistou legitimidade, sobretudo, nas políticas sociais e é requisitado, constantemente, pelo seu caráter de intervenção na realidade e pela necessidade de lidar com a população à margem da sociedade. Ele prioriza uma formação generalista, pois, uma vez que lida com a questão social, para se capturar toda sua

complexidade e gênese, é preciso uma formação que, ainda que tenha que atender pontualmente algumas necessidades, tenha noção da totalidade da realidade.

Diz-se que só o homem pode se comportar como ser ético porque só ele é capaz de agir teleologicamente. Para tal, ele cria alternativas de valor, escolhe entre elas, incorporando-as em suas finalidades; por isso, o ser social é também capaz de viver com liberdade, capacidade fundamental do agir ético. Para que a liberdade exista é preciso que os homens tenham, objetivamente, condições sociais que lhes permitam intervir conscientemente na realidade, transformando seus projetos ideais em alternativas concretas de liberdade, ou seja, de novas escolhas e novos projetos. (BARROCO, 2008, p.3).

Esse repensar profissional ficou registrado nos códigos de ética que a profissão estabeleceu ao longo desses anos até o Projeto Ético-Político vigente, que propõe ao assistente social uma prática emancipadora. Aqui se evidencia também, o aprimoramento teórico dos profissionais, aprofundando os estudos sob o referencial teórico que embasa a práxis profissional.

Barroco (2008) discute em seu texto “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos”, o princípio e o valor central do Código de Ética, a liberdade. Segundo a autora, na ordem social em que se vive, o conceito de liberdade evidencia a característica individualista do modo de sociabilidade capitalista.

A liberdade proposta no projeto ético-político e também referendada por Lúcia Barroco se consagra na coletividade, no direito, no acesso, na igualdade de oportunidade e possibilidades, resguardando-se as diferenças e as individualidades.

Destaca-se agora a dimensão educativa do trabalho profissional. Como Maria Lúcia Martinelli<sup>13</sup> denomina, os assistentes sociais são educadores sociais. A autora e assistente social enfatiza que a dimensão educativa profissional não se encerra em educar a população para o social, ou seja, para a sociabilidade em que já está inserida, e sim construir com os sujeitos consciências, autonomia e transformação social.

A dimensão educativa da profissão se insere na perspectiva de construção de sujeitos históricos e coletivos, conscientes do seu papel e importância para a conquista de direitos, cidadania e emancipação.

Mioto (2010), em um dos seus textos sobre o trabalho social com famílias, chama a atenção dos assistentes sociais para a visão de totalidade, intencionalidade

---

<sup>13</sup> Informação verbal obtida em aula para os alunos do 4º de Serviço Social em 2010.

e direção, e que o profissional precisa romper definitivamente com a visão fiscalizadora e culpabilizadora do indivíduo e da família, a fim de que o seu trabalho seja realmente em prol dos sujeitos, a conquista e efetivação de direitos.

O trabalho educativo do assistente social ultrapassa as ações socioeducativas tão evidenciadas na atualidade, principalmente no trabalho com famílias. Todavia encontra força e reta intenção ancorada no projeto ético-político profissional e no engajamento e compromisso com os sujeitos históricos com os quais trabalham.

Definitivamente, consideram tais dimensões profissionais os pilares para a materialização do referencial teórico no exercício profissional, como disse Marilda lamamoto em Serviço Social na Contemporaneidade, para o assistente social que ousa sonhar, lutar, propor, sempre em busca de justiça social, igualdade na diferença, respeito, vislumbrando a transformação social que há de vir.

Assim, as palavras do poeta Thiago de Melo apontada para frente:

“Como sei pouco, e sou pouco,  
faço o pouco que me cabe  
me dando por inteiro.  
Sabendo que não vou ver  
O homem que quero ser.”

#### 4.1.4 Construindo a identidade profissional buscando superar as adversidades

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX,1996, p.297).

O intuito do trabalho profissional desta pesquisadora nesse espaço sócio ocupacional é o desenvolvimento social do cooperado expandindo as possibilidades e propostas de trabalhar os princípios de Educação, Formação e Informação e Preocupação com a comunidade e; assim, conciliar os princípios cooperativistas com a formação de educador social do profissional de Serviço Social.

Na tentativa de aproximação da realidade cooperativista e o Serviço Social, avalia-se que um pode ser instrumento para o trabalho do outro. Isso se justifica pela

aproximação dos valores do modelo econômico em questão e os princípios fundamentais da profissão. Como por exemplo:

[...]

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras;

Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

[...]

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação- exploração de classe, etnia e gênero [...]. (BARROCO, 2012, p.125, 129).

Nesse sentido, a proposta cooperativista contribui para o trabalho profissional como um espaço sócio ocupacional a ser ocupado, para pensar, avaliar e propor novas possibilidades, considerando e sem perder de vista, que essa é uma das formas de existência capitalista, levando em consideração o caráter “camaleônico” desse sistema de produção. A forma de desenvolvimento socioeconômico delineada pelo cooperativismo, mesmo adequado ao capital, oferece algumas oportunidades na busca intransigente por direitos junto aos seus sujeitos.

A perspectiva de totalidade e a mediação são categorias instrumentais no cotidiano do trabalho na cooperativa, permitindo vislumbrar os limites e os avanços que podem ser realizados no trabalho educativo com os associados e familiares, bem como nos projetos e ações externos com a comunidade.

#### 4.1.5 Trabalho na Cooperativa

No Estatuto Social da Cooperativa dos sujeitos desta pesquisa, em seu capítulo segundo, apresenta no artigo 4º seus Objetivos Sociais (COCAPEC, 2010b):

Sociedade, unindo os produtores agropecuaristas, tem por objetivo promover a defesa comum dos interesses sociais e econômicos de seus cooperados, por meio da ajuda mútua, de acordo com o programa de ação a ser executado por seções distintas, dentro das possibilidades técnicas e financeiras, atender com eficiência as necessidades de seus cooperados, desenvolvendo a cafeicultura através do cooperativismo.

Pode-se analisar que, por meio do cooperativismo, a instituição cooperativa procura, de modo geral, a defesa dos direitos econômicos e sociais dos seus cooperados, através da disseminação de conhecimento, da busca de caminhos e

possibilidades que desenvolvam o negócio e melhore a qualidade de vida dos seus membros e familiares.

Ainda o 4º artigo elenca os Serviços Sociais e Gerais, compromisso da cooperativa com seu associado:

- II- Proteger e assegurar o êxito do sistema cooperativo, por todos os meios possíveis, instalando ou promovendo quaisquer serviços, com o objetivo de desenvolver a produção, consumo e assistência social, inclusive representando empresas produtoras ou distribuidoras de insumos ou de qualquer outro produto necessário ao associado;
- III – Promover, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico-profissional dos seus dirigentes, cooperados e de seus próprios empregados;
- IV- Organizar-se de forma a atender as necessidades educacionais, sociais e técnicas dos cooperados. [...]. (COCAPEC, 2010b).

É guardado aos funcionários, no parágrafo 4º “[...] usufruir dos serviços de assistência social e pessoal propiciados pela Sociedade.” (COCAPEC, 2010b).

O cooperativismo e seus empreendimentos cooperativos podem ser considerados um espaço sócio ocupacional importante a ser explorado como as demais empresas de iniciativa privada.

No texto do estatuto apresentado são destacadas diversas possibilidades para a intervenção do profissional de Serviço Social, trabalhando para assegurar os direitos econômicos e sociais dos associados das cooperativas e seus funcionários. Com isso, resulta na busca de parcerias público/privadas para o aprimoramento educacional e técnico para os sujeitos e no oferecimento à comunidade próxima a essas organizações informações sobre o cooperativismo, sobre o ramo econômico ao qual a Cooperativa pertence.

[...] os assistentes sociais conquistaram novos campos de trabalho e assumiram propositivamente o planejamento, a organização, o controle e a avaliação de sua própria intervenção profissional, ou seja, a gestão da ação, que se desenvolve no âmbito das políticas sociais, seja na área pública ou privada. (LIMA, 2007, p. 114).

Na tese de Maria José Lima (2007, p.115) sobre o trabalho do profissional de Serviço Social em empresas considera-se que o conhecimento especializado, a utilização da metodologia científica e o diagnóstico organizacional, como instrumentos de trabalho para revelar e explicar a realidade vivida nas organizações, e atuação desse profissional, são necessários para sua capacidade de decifrar o contexto social.

Nessa conjuntura, o profissional de Serviço Social tem como condicionalidade para a efetivação do trabalho, a interdisciplinaridade. Compõe com diversas profissões enriquece a proposta a ser desenvolvida. Todavia exige um conhecimento e aprofundamento da realidade e ambiente do trabalho profissional, bem como uma apreensão teórica-metodológica contundente, além de outras capacidades postas pelas organizações. O profissional é mais um membro atuante, no processo coletivo de trabalho, para a obtenção de resultados satisfatórios.

[...] a atuação do profissional de Serviço Social nas empresas se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades e de papéis diferenciados em relação às demandas postas historicamente. Representa dificuldades e desafios, pois esse universo é complexo, contraditório e exige amplo conhecimento organizacional como um todo. Apesar da formação em Serviço Social ser fundamental e oferecer subsídios básicos para o exercício profissional, torna-se necessária a capacitação continuada. (LIMA, 2007, p. 125).

Reafirma-se o exercício diário de ler o real numa perspectiva de totalidade, buscando através da síntese de determinações, realizar as mediações necessárias para aproximar-se da realidade concreta cotidiana.

Considerando o espaço sócio ocupacional e as condições de trabalho, bem como consciente da relação capital x trabalho, descrita por Iamamoto (2012, p.69):

O assistente social não produz diretamente riqueza – valor e mais-valia-, mas é um profissional que é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica do trabalho. É este trabalho cooperativo que, no seu conjunto, cria as condições necessárias para fazer crescer o capital investido naquela empresa.

Como profissionais inseridos na sociabilidade capitalista, dependem da relação de comercialização da força de trabalho para a sobrevivência. Todavia, a dependência não anula a indignação e insatisfação com o modo econômico social vigente. Ao contrário, dedicam-se a fim de que o trabalho profissional supere as adversidades, marcando a realidade com pequenas e contínuas mudanças no olhar dos sujeitos, na mentalidade dos profissionais de outros segmentos, intervindo na realidade de forma a provocar “incômodo” e reflexão:

Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política.

Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com sujeitos sociais junto aos quais atua. (IAMAMOTO, 2012, p.97).

Guardados os necessários e estratégicos cuidados para a garantia da sobrevivência buscam a valorização do trabalho profissional, ponderando os recuos e avanços que podem realizar.

Nesse sentido, compreende-se que, profissionais e pesquisadores, devem assumir os riscos para a realização de trabalhos que resultem em desvelamentos e benefícios significativos para a área de atuação da pesquisa.

Partindo dessa compreensão de construção do conhecimento, acredita-se que as pesquisas acadêmicas, via de regra, devem sair dos muros da universidade e, efetivamente, proporem mudanças concretas na vida das pessoas.

A práxis deve, sempre que possível, ser o fio condutor de pesquisas no Serviço Social, para atingir os profissionais que estão trabalhando diretamente com a população e suas mazelas sociais.

O compromisso com valores humanistas, presente na cultura profissional, vem sendo, ao longo de sua história, depurado de um humanismo abstrato para um humanismo histórico-concreto, voltado à criação de condições para que “o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos” o que passa pela afirmação de valores da democracia, dos direitos humanos e de cidadania para todo. (IAMAMOTO, 2012, p.65).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho ocupou-se de descrever a experiência cooperativista de associados e familiares da Cooperativa em estudo. O texto considerou todo o percurso histórico e elementos que envolvem o cotidiano dos sujeitos da pesquisa. Apresentou-se a cooperativa, o *lócus* de vivência cooperativista dos sujeitos da pesquisa e familiares. O cultivo do produto comum aos sujeitos, o café, é o item principal que liga os cooperados a cooperativa.

A escolha metodológica de dialogarem as pesquisas documental, bibliográfica e de campo teve como intuito oferecer ao leitor possibilidades para a leitura dessa realidade.

O trabalho tem grande inspiração no exercício profissional da autora desta dissertação, o que influenciou nas discussões apresentadas no texto.

A pesquisa iniciou-se pelo entendimento desta autora sobre o cooperativismo, reconhecendo esse como um espaço para o desenvolvimento de consciência de coletivo, cidadania e trabalho conjunto. Assim, partindo da compreensão que a família ou núcleos familiares são importantes espaços de desenvolvimento de sociabilidade e cidadania, vislumbrou que a cultura cooperativista apreendida pelos núcleos familiares pode contribuir para a disseminação de valores e consciência de cooperação e coletividade, numa realidade adversa.

Acreditava-se que o sentimento de pertencimento a um coletivo trouxesse a seus sujeitos uma possível consciência de classe e busca pelo desenvolvimento coletivo e não individual. Dito de outro modo, esperava-se que o desenvolvimento da atividade compartilhada por eles, a formação e valores do cooperativismo adquiridos no cotidiano da vivência na cooperativa, bem como os conhecimentos técnicos para o incremento do negócio pudessem suscitar nos sujeitos e familiares a compreensão de pertencimento a um grupo social que se propõem a comporta-se de forma a privilegiar esta coletividade.

A primeira parte do trabalho apresentou os pilares da discussão proposta – a família e o cooperativismo, bem como o percurso metodológico relatando sobre o surgimento do tema e, as inquietudes que estimularam essa pesquisadora a investigar tal realidade.

O capítulo 1 mostrou o universo ao qual pertencem os sujeitos da pesquisa. A história do café continua sendo construída através do trabalho realizado pelos entrevistados, pois por meio da produção e comercialização desse produto eles sustentam suas famílias e superam as adversidades da atividade no campo. O

diálogo proposto no capítulo entre a pesquisa quantitativa já existem e a qualitativa realizada por este trabalho, demonstrou que as contribuições valorativas trazidas pelo cooperativismo são superficiais, diante da força ideológica e mercadológica do sistema econômico vigente: o olhar dos sujeitos passa pelo benefício individual antes da construção coletiva.

No capítulo 2, as famílias foram personagens centrais na discussão sobre o trabalho na sociabilidade capitalista. Neste momento, o texto se aprofunda nas transformações ocorridas nos núcleos familiares ao longo dos anos e dialoga sobre os elementos que influenciam o cotidiano dessas instituições sociais.

O cooperativismo é apresentado no capítulo 3, descrevendo os elementos mais importantes para sua constituição. Os ramos de atuação, valores e princípios são entrelaçados com a fala dos sujeitos que contribuem para o desenvolvimento desse modo de experiência socioeconômica.

Na segunda parte do trabalho foi exposto o que se entende por *ethos* cooperativista, termo que dá título ao texto. Assim, no capítulo 4 foi desenvolvido uma discussão sobre cultura e modo de vivenciar o cooperativismo, levantando questionamentos sobre o caráter cultural desse movimento social ou forma de organização para a sobrevivência.

Ainda nesse capítulo foi proposta uma discussão em torno de direitos sociais como cidadania e educação, matérias que perpassam valores disseminados por essas organizações sociais em um plano filosófico ou de objetivos sociais, que através da prática de cooperação, o movimento cooperativista possibilita trazer contribuições para as famílias e a sociedade a qual se insere.

Diante de todo o exposto, apresentam-se as dimensões do trabalho do Assistente Social e as bases teórico-metodológicas para a vivência e efetivação desse referencial no exercício profissional. A partir disso, expõe-se a busca por identidade profissional e superação de adversidades na realidade de trabalho em cooperativa.

De modo geral, pode se observar que a reprodução de valores e comportamentos da sociedade capitalista é predominante; não obstante os sujeitos demonstrem alguma consciência ou entendimento sobre a cooperação e cooperativismo, o imperativo na relação do empreendimento cooperativo e seu associado é o seu potencial comercial: as vantagens comerciais trazidas pela estrutura cooperativista.

Evidenciou-se nas entrevistas com os sujeitos que um dos membros da família, naturalmente o responsável pelo negócio, é quem estabelece a relação mais próxima com a Cooperativa, caracterizando ainda mais um relacionamento entre empresa e empresário.

Essa constatação não é ruim, pois o objetivo dos empreendimentos cooperativos é o fortalecimento de seus cooperados para que esses tenham autonomia no desenvolvimento da sua atividade econômica.

Pretende-se, com o presente trabalho, chamar a atenção dos leitores para o potencial sócioeducativo que o movimento cooperativista tem, disseminando valores e princípios de coletividade, cidadania e, a prática de uma economia solidária, alinhado as possibilidades inúmeras oferecidas pelo núcleo familiar na transmissão de valores, na reprodução e produção da vida, no encaminhamento ao trabalho.

Considera-se, por fim, que esta realidade não é recorrente nas famílias cooperadas, inseridas no movimento cooperativista. Observa-se muitas vezes, que a dedicação, a paixão pela atividade profissional que é produzir café, é perpetuada. Todavia, o aprofundamento no universo cooperativista não acontece de maneira suficiente.

O café no Brasil é um produto tradicionalmente de produção de grandes famílias pelo interior do país. Essa realidade ainda existe, principalmente na região *locus* desta pesquisa, as quais tem no cooperativismo um importante apoio para a produção e comercialização de seu produto.

Os benefícios socioculturais como o incentivo que os empreendimentos cooperativistas podem oferecer para a formação, educação, profissionalização de seus cooperados, ainda são pouco explorados por seus associados. Evidentemente, existem outras prioridades para sociedades e sócios como se destacou: a comercialização e a riqueza educativa, cultural e social não são potencializadas.

Isso se justifica pelo fato de que, as cooperativas são “empresas prestadoras de serviço” que precisam se manter competitivas num mercado que não valoriza outras formas de práticas econômicas. Assim, o cooperativismo como já dito anteriormente e demonstrado no desenvolvimento do trabalho, não traz uma proposta de transformação social, contudo, continua a ter um conjunto de valores e princípios que podem contribuir para o crescimento intelectual, cultural e social de seus partícipes.

Num realidade de desumanização, concorrência, despolitização e exploração aviltada do trabalho, a proposta cooperativista pode ser desenvolvida no sentido de humanização, construção do coletivo, autonomia dos sujeitos cooperados nos diversos ramos de atuação que este sistema abarca.

A aproximação do cooperado de sua cooperativa proporciona a possibilidade de desenvolvimento através da disseminação de informação, da formação, do exercício da democracia por meio dos fóruns de discussão e, das assembleias para a construção coletiva da sociedade cooperativa.

O envolvimento das famílias nos espaços abertos pelas cooperativas podem ser momentos de riqueza para a instituição e para os núcleos familiares, com a apresentação das demandas das famílias cooperadas, a cooperativa poderá intervir na busca de formação, informação, conhecimento para os familiares e cooperados.

Assim, as cooperativas impõe um crescimento não só econômico a seus associados, mas humano, com conhecimento sobre o seu negócio e autonomia para suas tomadas de decisão.

O trabalho buscou apresentar a realidade cooperativista, lançar luzes sobre mais uma forma de sobrevivência na realidade capitalista, que não obstante as contradições inerentes a esta ordem societária; potencializa e privilegia valores e princípios de cidadania e coletividade que podem ser trabalhados junto às famílias protagonistas do cotidiano profissional de significativa parcela de Assistentes Sociais por todo o país.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2007.

ABREU, M.M. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4.ed.São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, M.M.T. Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira, 2010. In: ALENCAR, M. M. T.; DUARTE, M. J. O. (Org.). **Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ALTOÉ, R. F. **Cooperativismo como alternativa de desenvolvimento: um estudo de caso**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2010.

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Primeiros passos; 36)

ARAUJO, G. L. **As interações da ISO 26000 com a responsabilidade social e o Serviço Social nas organizações calçadistas: estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

ARROYO, J. C. T. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

AZERÊDO, S. **Preconceito contra a “mulher”**: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A.; ROIG, A. M. I. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo. Cortez, 1997.

BARBOSA, C. O. **Família ou famílias?: o conceito de família para as profissões das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Serviço Social. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

BARROCO, M.L.S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 7.ed. São Paulo, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_.; TERRA, S.H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Organização do Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo. Cortez, 2012.

BRANT, N. L. C. **O trabalho profissional do Assistente Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Franca-SP.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do capital e o gerenciamento da questão social: o Projeto Ético-Político Profissional no cotidiano do Assistente Social.** 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

BOULOS JÚNIOR, A. **História: sociedade e cidadania.** 7º ano. São Paulo: FTD, 2003. (História: sociedade e cidadania).

\_\_\_\_\_. **História: sociedade e cidadania.** 8º ano. São Paulo: FTD, 2003. (História: sociedade e cidadania)

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências. In: CRESS/SP – 9ª Região (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social.** 3. ed. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional do Cooperativismo. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 dez. 1971. p. 10354. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm)> Acesso em: 22 out.2011.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N. A. (Org.). **Infância e Violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate.** 3.ed. São Paulo: EDUC : Cortez, 2000.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, M.S. **O que é ideologia.** São Paulo: Abril Cultural : Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Cidadania cultural.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COCAPEC. **Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas.** Disponível em: <<http://www.cocapec.com.br>>. Acesso em: 22 out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Cocapec: nossos primeiros 25 anos.** Franca, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Cocapec: Estatuto Social.** Franca, 2010b.

COOP. **Por que ser um cooperado**. 2014. Disponível em: <<http://www.portalcoop.com.br/cooperado/por-que-ser-cooperado>>. Acesso em: 12 out. 2014.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Entidades de representação. 2014. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/entidades-de-representacao/aci-alianca-cooperativa-internacional/>>. Acesso em: 12 out. 2014

COOPERCICA. **Institucional**. 2014. Disponível em: <<http://coopercica.com.br/institucional/>>. Acesso em: 12 out. 2014.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1996.

ELEUTÉRIO, A. P. **Escola e família**: protagonistas no trabalho do Serviço Social. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1987.

FARIA, N.; NOBRE, M. **O que é ser mulher? O que é ser homem?**: subsídios para uma discussão das relações de gênero. 2014. Disponível em: <<http://novo.ceseep.org.br/wp-content/uploads/2014/05/SUBS%C3%8DDIOS-PARA-UMA-DISCUSS%C3%83O-DE-G%C3%8ANERO.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2010.

FERREIRA, C; SAMPAIO, L. D. B. **O Serviço Social no processo de participação e educação cooperativista**: uma proposta de ação profissional. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1997.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GAWLAK, A. **Cooperativismo**: primeiras lições. 3. ed. Brasília, DF: SESCOOP, 2007.

GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**: textos/ de Karl Marx... [et al.]; escolhidos e apresentados por André Gorz: tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1980. (Novas direções).

\_\_\_\_\_. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GUERRA, J. A. P. **Gestão e responsabilidade social das fundações**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

GUIMARÃES, M. I. B. N. Propondo uma política nacional de família. In: JOSÉ FILHO, M.; DALBÉRIO, O. (Org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: Ed. UNESP, 2007.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Interpretações da história do homem; 2).

\_\_\_\_\_. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Tradução de Jaime Larry Benchimol. Petrópolis: Vozes, 1982.

JOHNSON, A.G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução de Rui Jungmann, consultoria de Renato Lessa. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JOHNSTON, E.; MARTINS, M. **150 anos de café**. Textos de Edmar Bacha e Robert Greenhill. Rio de Janeiro: Imprinta, 1992.

JOSÉ FILHO, M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2002. (Dissertações e teses, n.5).

\_\_\_\_\_. ; DALBÉRIO, O. (Org.). A Pesquisa Científica e os desafios dos instrumentos para a obtenção de dados. In: **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Família: conjuntura, organização e desenvolvimento**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2007.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

LIMA, M. J. O. **As empresas familiares da cidade de Franca: um estudo sob a visão do Serviço Social**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

LOPES, C. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARROQUIM, F. L. M. **O cooperativismo como instrumento de concretização de direitos fundamentais sociais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Volume 1. Livro primeiro. O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política: prefácio**. 1895. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>> Acesso em: 17 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de José Carlos Bruni, José Arthur Giannotti e Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, c1987-1988.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/areas/tabconhecimento/7.htm>>. Acesso em: 2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Síntese de indicadores sociais: 2007-2009**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic\\_sociais2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf)> Acesso em: 2008/2010.

MIOTO, R.C.T. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: ALENCAR, M. M. T.; DUARTE, M. J. O. (Org.). **Família e famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2010.

MONEREO, C. **Tramas**: procedimentos para a aprendizagem cooperativa. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

NORA, L. F. Z. **Direito e economia solidária**: diretrizes para uma nova lei das sociedades cooperativas no Brasil. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Direito. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

OLIVEIRA, P. S. **Cultura solidária em cooperativas**: projetos coletivos de mudança de vida. São Paulo: EDUSP, 2006.

OCB. **Brasil cooperativo**. Disponível em:  
<<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 22. out. 2011.

OCESP. **Portal do cooperativismo**. Disponível em:  
<[http://www.portaldocooperativismo.org.br/default.php?p=texto.php&c=direitos\\_e\\_deveres\\_dos\\_cooperados](http://www.portaldocooperativismo.org.br/default.php?p=texto.php&c=direitos_e_deveres_dos_cooperados)>. Acesso em 22. out. 2011.

PAULO NETTO, J. Marxismo e família – notas para uma discussão. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A; ROIG, A. M. I. (Org.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo. Cortez, 1997.

PASTORINI, A. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Que é cooperativismo?** São Paulo: DESA, 1966.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e políticas sociais: o trabalho do assistente social e as políticas sociais mod. 4. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 2000.

SARILHO, G. P. **Economia solidária na crise mundial do capitalismo da primeira década do século XXI**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

SESCOOP. **Educação para a cooperação**: uma prática pedagógica cooperativa, reflexiva, consciente e criativa. (Guia do Instrutor). 2012.

SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Org.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo. Vértice: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

SIMONI, T. **Serviço Social**: resistência e práxis profissional? 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.

SOARES, A. C. N. **Mulheres chefes de família**: narrativa e percurso ideológico. Franca. Ed Unesp/FHDSS, 2002. (Dissertações e Teses, 8).

VEIGA, S. M. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

- Dados de caracterização:
  - Idade (cooperado/a) (esposa/o, filhos/as se envolvidos na cooperativa)
  - Escolaridade (cooperado/a) (esposa/o, filhos/as se envolvidos na cooperativa)
  - Composição Familiar
  - Filhos/as (número, idade, sexo)
  - Manifestação religiosa (Religião)
  - Produtor de pequeno, médio e grande porte.
  - Mora na cidade ou no campo (Moradia rural e/ou urbana)
  - Região da propriedade

- Questões:

- Cooperativismo

O que é cooperativismo para você?

O que é uma cooperativa para você?

O que é ser um cooperado?

Qual a contribuição da cooperativa e do cooperativismo para você?

Quais são os direitos e os deveres de um cooperado?

Conhece os princípios norteadores do cooperativismo?

- Cooperativa

Qual a importância da cooperativa no seu negócio?

Houve mudanças desde sua associação à cooperativa? O que mudou?

Qual é o seu envolvimento com a cooperativa e o negócio? Quem mais se envolve?

Como se efetiva a distribuição dos seus ganhos na cooperativa?

Como se dá a tomada de decisões entre os cooperados?

Quais os serviços mais utilizados na cooperativa?

Quais conhecimentos técnicos julgam mais importantes?

Qual meio de informação da cooperativa você mais utiliza? (revista, mensagem, visita a cooperativa)

- Palavra aberta

## **ANEXOS**

**ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO****DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisadora Cristiane Olegário Barbosa; RG: 40.955.087-5, está autorizada a realizar pesquisa na Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas – Cokapec, Av. Wilson Sábio de Mello, 3100 – Distr. Industrial – Franca/ SP, CNPJ: 54.772.017/0001-96.

Franca, 26 de novembro de 2013.

---

**João Alves de Toledo Filho**  
**RG: 4.185.917**  
**Diretor- Presidente da Cokapec**

## ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_  
 DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ . IDADE: \_\_\_\_\_  
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ SEXO: M ( ) F ( )  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_  
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Família e o ethos cooperativista na região de Franca**. O projeto de pesquisa será conduzido por Cristiane Olegário Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Profa. Dra. **Ana Cristina Nassif Soares**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Monografia, Dissertação, Tese, Projeto (s), Relatório Trienal de Atividades/Docente, etc.) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discricção. A presente pesquisa se propõe analisar o impacto da cultura cooperativista no cotidiano de famílias associadas a uma cooperativa de ramo agropecuário da região de Franca/SP. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, 05 de dezembro de 2013.

Assinatura do participante

Cristiane Olegário Barbosa (assinatura)

Pesquisador Responsável  
 Nome: Cristiane Olegário Barbosa  
 Endereço: R. Boa Vista, 3140 B. Boa Vista – Franca/SP  
 Tel: 16 991730814  
 E-mail: cristiane\_986@yahoo.com.br

Ana Cristina Nassif Soares (assinatura)

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares  
 Endereço: Av. eufrásia Monteiro Petraglia, 900 – Jd. Antônio Petraglia – Franca/SP  
 Tel: 3706 87 94  
 E-mail: